



Secretaria Geral



UNICAMP

CAD

273ª Sessão

06.11.12 – 10:00 Horas

Ordem do Dia

Itens 01 a 33

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO

REITOR – FERNANDO FERREIRA COSTA

CGU – EDGAR SALVADORI DE DECCA
PRDU – ROBERTO RODRIGUES PAES
PREAC – JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER

DIRETORES

Titulares

FCA – SERGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO
IEL – MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI
IFGW – DANIEL PEREIRA
FEEC – JOSÉ ANTENOR POMILIO
FEQ – LILIANE MARIA FERRARESO LONA
IE – FERNANDO SARTI
FCM – MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD
IG – SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA

Suplentes

FEC – PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA
IFCH – NÁDIA FARAGE
FE – LUIZ CARLOS DE FREITAS

DOCENTES

Titulares

ALVARO PENTEADO CRÓSTA
CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
CARLOS HENRIQUE POLLI
SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ
ROBERTO TEIXEIRA MENDES
WALKIRIA HANADA VIOTTO
MARIA SILVIA VICCARI GATTI

Suplentes

PAULO SÉRGIO SARAN
MARCELO BROCCHI
GLÁUCIA MARIA PASTORE
ANTONIO ALCIR BERNÁRDEZ PÉCORA

SUPERINTENDENTE DO HC

MANOEL BARROS BÉRTOLO

DISCENTES

Titulares

SYLLA JOHN LERRO TAVES
ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE
aguardando indicação

Suplente

ALAN GODOY SOUZA MELLO

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Titulares

CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA

Suplentes

JESSÉ TARGINO DA SILVA
MARGARIDA BARBOSA

COMUNIDADE EXTERNA

Titulares

FAPESP – SEDI HIRANO
DIEESE – ALBERTO SOARES DA SILVA

EXPEDIENTE

- A -** SÚMULAS DAS ATAS DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO da 98ª Reunião, realizada em 09.02.12, 99ª Reunião, realizada em 26.04.12 e 100ª Reunião, realizada em 14.06.12, aprovadas na 101ª Reunião, de 24.08.12 - Para Ciência - fls. 01 a 33

ORDEM DO DIA

I - PARA DELIBERAÇÃO

A - NOMEAÇÕES NA PARTE PERMANENTE DO QD, mediante aprovação em Concurso Público - Pareceres exarados pela CPDI

a) Ingresso no RDIDP

01) Nº 26-P-22477/12

MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX – IE – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – áreas de Desenvolvimento Econômico e Economia Urbana – Depto. de Política e História Econômica - Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 30.08.12 – Par. CPDI-167/12 – fls. 01.

TITULAÇÃO: Doutor em Desenvolvimento Econômico – IE/UNICAMP/2011. Tese homologada pela CCPG em 23.11.11.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 55 do processo.

02) Nº 23-P-24157/12

MARCO CARLOS UCHIDA – FEF – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Biodinâmica do Movimento e área de Atividade Física, Adaptação e Saúde – Depto. de Estudos da Atividade Física Adaptada - Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 12.09.12 – Par. CPDI-166/12 – fls. 02.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – USP/2008.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 67 do processo.

03) Nº 23-P-24158/12

EDIVALDO GÓIS JUNIOR – FEF – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Educação Física e Sociedade – Depto. de Educação Física e Humanidades - Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 12.09.12 – Par. CPDI-163/12 – fls. 03.

TITULAÇÃO: Doutor em Educação Física – Universidade Gama Filho/2003.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 92 do processo.

04) Nº 36-P-17103/12

HOSANA GOMES RODRIGUES – FCA – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Fisiologia – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pelo GT-FCA em 28.08.12 – Par. CPDI-164/12 – fls. 04.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – USP/2011.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 60 do processo.

05) Nº 17-P-21490/12

LARS ANDREAS HOEFS – IA – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Práticas Interpretativas e área de Fundamentos Teóricos das Artes – Depto. de Estudos da Atividade Física Adaptada - Concurso homologado pela CEPE em 08.05.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 06.09.12 – Par. CPDI-165/12 – fls. 05.

TITULAÇÃO: Doctor Of Musical Arts – University of Southern California/USA/2007.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 50 do processo.

06) Nº 07-P-18520/06

CARLOS AMILCAR PARADA – IB – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Biofísica e Neurofisiologia – Depto. de Anatomia, Biologia Celular e Fisiologia e Biofísica - Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 12.09.12 – Par. CPDI-162/12 – fls. 06.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – IB/UNICAMP/1998. Tese homologada pela CEPE em 28.07.98.

NOTA DA SG: a partir 01.02.07 – admissão – Prof. Doutor - MS-3 – RDIDP - PE – por 06 anos.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 203 do processo.

07) Nº 07-P-27148/12

MÁRIO HENRIQUE BENGTON – IB – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Histologia, Embriologia e Biologia do Desenvolvimento – Depto. de Histologia e Embriologia – Concurso homologado pela CEPE em 04.09.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 16.10.12 – Par. CPDI-171/12 – fls. 07.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – USP/2002.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 65 do processo.

08) Nº 02-P-24022/12

RODOLFO DE CARVALHO PACAGNELLA – FCM – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Obstetrícia – Depto. de Tocoginecologia - Concurso homologado pela CEPE em 05.06.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 28.09.12 – Par. CPDI-174/12 – fls. 08.

TITULAÇÃO: Doutor em Tocoginecologia – FCM/UNICAMP/2011. Tese homologada pela CCPG em 22.11.11.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 103 do processo.

09) Nº 27-P-13856/97

JÚLIO CÉSAR TEIXEIRA – FCM – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Ginecologia Geral – Depto. de Tocoginecologia – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 28.09.12 – Par. CPDI-170/12 – fls. 09.

TITULAÇÃO: Doutor em Tocoginecologia – FCM/UNICAMP/2000. Tese homologada pela CCPG em 13.02.01.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 246 do processo.

10) Nº 19-P-5285/07

ROGÉRIO ADOLFO DE MOURA – FE – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Educação e Cultura – Depto. de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 26.09.12 – Par. CPDI-175/12 – fls. 10.

TITULAÇÃO: Doutor em Educação – USP/2006.

NOTA DA SG: a partir de 08.05.07 – admissão – Prof. Doutor – MS-3 – RDIDP – PE - por 06 anos.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 152 do processo.

11) Nº 19-P-25528/12

LILIAN CRISTINE RIBEIRO NASCIMENTO – FE – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Psicologia Educacional – Depto. de Psicologia Educacional – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 26.09.12 – Par. CPDI-172/12 – fls. 11.

TITULAÇÃO: Doutor em Educação – FE/UNICAMP/2007. Tese homologada pela CCPG em 05.05.08.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 71 do processo.

12) Nº 08-P-26053/12

FANNY BÉRON – IF – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Física da Matéria Condensada – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 05.10.12 – Par. CPDI-169/12 – fls. 12.

TITULAÇÃO: Doutor em Engenharia Física – Ecole Polytechnique de Montreal - Montreal/Canadá/2008.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 35 do processo.

13) Nº 08-P-26061/12

PAULO CLÓVIS DAINESE JÚNIOR – IF – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Física da Matéria Condensada – Concurso homologado pela CEPE em 14.08.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 05.10.12 – Par. CPDI-173/12 – fls. 13.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – IF/UNICAMP/2006. Tese homologada pela CCPG em 27.11.07.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 53 do processo.

14) Nº 01-P-14969/06

CLAUDIO CHRYSÓSTOMO WERNECK – IB – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor I – nível MS-3.1 – RTP – área de Bioquímica de Macromoléculas – Depto. de Bioquímica – Concurso homologado pela CEPE em 04.09.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 16.10.12 – Par. CPDI-168/12 – fls. 14.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências – UFRJ/1999.

NOTA DA SG: a partir de 28.09.06 – admissão – Prof. Doutor – MS-3 – RDIDP – PE – por 06 anos.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 192 do processo.

b) Aplicação do RDIDP

15) Nº 01-P-544/87

JOCIMAR DAOLIO – FEF – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Educação Física e Sociedade – Depto. de Educação Física e Humanidades – Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12 – 2) Aplicação do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 29.08.12 – Par. CPDI-161/12 – fls. 15.

TITULAÇÃO: Professor Titular – FEF/UNICAMP/2012. Concurso homologado pela CEPE em 02.10.12.

NOTA DA SG: a partir de 01.10.02 – Professor Associado – MS-5 – RDIDP – PP, em virtude da obtenção do título de Livre-Docente.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 299 – Vol. III do processo.

B - TRANSFERÊNCIA DE DOCENTE, conforme Artigo 85 do Regimento Geral

16) Nº 01-P-2205/91

PETER ALEXANDER BLEINROTH SCHULZ - Prof. Associado – nível MS-5.1 – RDIDP – PP, do Depto. de Física da Matéria Condensada do Instituto de Física para a Faculdade de Ciências Aplicadas - Aprovada pelo GT-FCA em 12.06.12 e pela Congregação do IFGW em 06.07.12 – fls. 16 a 24.

OBS: Vaga e recurso reservados às fls. 81/82 do processo.

C - PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE VAGAS A ÓRGÃO DA UNIVERSIDADE – Parecer CVD

- 17) Nº 01-P-5039/09 IA – disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para abertura de concurso público – Parecer CVD-42/12 - fls. 25 e 26.
- 18) Nº 01-P-5039/09 IA – disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para abertura de concurso público – Parecer CVD-43/12 - fls. 27 e 28.
- 19) Nº 01-P-5039/09 IA – disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para abertura de concurso público – Parecer CVD-44/12 - fls. 29 e 30.

D - CARREIRA DE PROCURADOR DE UNIVERSIDADE – Parecer exarado pela Comissão de Legislação e Normas

- 20) Nº 01-P-5656/93 Minuta de Deliberação CAD que altera a Deliberação CAD-A-01/2011, que reestrutura a Carreira de Procurador de Universidade no âmbito da UNICAMP – Of. PG-555/12 – fls. 31 a 35.

NOTA DA SG: O Parecer CLN será distribuído no início da Sessão

E - ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Prestação de Contas – Parecer exarado pela Unidade

NOTA DA SG: A Prestação de Contas e respectivos pareceres estão disponíveis em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 21) Nº 07-P-15096/09 IB – Prestação de contas relativa ao 2º semestre de 2011, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Fisiologia do Sistema Digestório, Nutrição e Metabolismo, sem movimentação de recursos – Parecer da Congregação IB-178/12 e Parecer ARCC de 17.09.12.

F - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE CONVÊNIO

NOTA DA SG: O Parecer encontra-se disponível em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 22) Nº 27-P-16436/04 **Interessado:** CAISM
Espécie: Relatório Final de Atividades do Convênio
Partes: UNICAMP e União Federal, através do Ministério

da Saúde

Executores: Mary Angela Parpinelli/CAISM, Renato Passini Junior/CAISM e Luis Augusto Michelin da Silva/CAISM

Período: 28.06.2004 a 31.03.2008

Resumo do Objeto: dar apoio técnico e financeiro para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parecer: CONEX

23) Nº 01-P-21695/04

Interessado: CEPETRO

Espécie: Relatório Final de Atividades do Convênio

Partes: UNICAMP/FUNCAMP, FINEP e PETROBRAS

Executores: Paulo Roberto Ribeiro/FEM e Sérgio N. Bordalo/FEM

Período: 24.11.2004 a 24.11.2007

Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, pelo Concedente ao Convenente, para execução do Projeto "Controle de Poços em Águas Profundas e Ultra-Profundas".

Parecer: CONEX

OBS: O Termo de Doação consta do item 26 da pauta.

24) Nº 32-P-8650/10

Interessado: HEMOCENTRO

Espécie: Relatório Final de Atividades do Contrato

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU

Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro

Período: 07.01.2011 a 31.12.2011

Resumo do Objeto: realização de Exames Laboratoriais.

Parecer: CONEX

OBS: O Contrato consta do item 31 da pauta.

25) Nº 01-P-3338/11

Interessado: MUSEU EXPLORATÓRIO DE CIÊNCIAS

Espécie: Relatório Final de Atividades do Contrato

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Catavento Cultural e Educacional

Executores: Marcelo Firer/Museu e Cristina Meneguello/Museu

Período: 29.07.2011 a 10.08.2011

Resumo do Objeto: manutenção preventiva e cotidiana da exposição NanoAventura instalada no Catavento Cultural e Educacional com sede no Palácio das Indústrias do Estado de São Paulo.

Parecer: CONEX

OBS: O Contrato consta do item 32 da pauta.

II – PARA EMISSÃO DE PARECER

G - CONVÊNIOS

NOTA DA SG: O texto integral do Convênio/Contrato e respectivos pareceres estão disponíveis em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 26) Nº 01-P-21695/04
- Interessado:** CEPETRO
Espécie: Contrato de Doação
Partes: UNICAMP/FUNCAMP, FINEP e PETROBRAS
Executores: Paulo Roberto Ribeiro/FEM e Sérgio N. Bordalo/FEM
Data da Assinatura: 04.11.2011
Resumo do Objeto: transferência dos bens remanescentes descritos no Anexo I (Relação Patrimonial de Bens), adquiridos em razão do Projeto “Controle de Poços em Águas Profundas e Ultra-Profundas”
Pareceres: PG-2681/11, COCEN e CONEX
OBS: O Relatório Final de Atividades do Contrato consta do item 23 da pauta.
- 27) Nº 06-P-8239/10
- Interessado:** FOP
1. Espécie: Termo Aditivo Nº 006/2011 ao Convênio
Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde
Executores: Rosana de Fátima Possobon/FOP e Antonio Bento Alves de Moraes/FOP
Data de Assinatura: 28.12.2011
Vigência: até 31.12.2011
Recursos: R\$ 100.000,00
Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP para ocorrer com despesas com Investimento – Aquisição de Materiais e Equipamentos.
Pareceres: PG-3812/11, PG-2083/12 e CONEX
- 2. Espécie:** Termo de Reti-Ratificação
Data de Assinatura: 06.07.2012
Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Termo Aditivo, encerrando-se em 28.12.12
Pareceres: PG-2270/12 e CONEX
- 28) Nº 15-P-3821/12
- Interessado:** HC
Espécie: Termo Aditivo Nº 006/2012 ao Convênio
Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde
Executores: Manoel Barros Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC
Data de Assinatura: 01.07.2012
Vigência: até 27.12.2012
Recursos: R\$ 105.137,30
Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, para ocorrer com despesas de Custeio - Medicamentos.

Pareceres: PG-901/12 e CONEX

29) Nº 15-P-2707/12

Interessado: HC

Espécie: Termo Aditivo 01/2012 ao Convênio

Partes: UNICAMP e Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Saúde

Executores: Manoel Barros Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC

Data de Assinatura: 09.03.2012

Vigência: até 27.12.2012

Recursos: R\$ 100.000,00

Resumo do Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP a Entidade, visando à execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, destinados a Custeio com a Resolução SS-98 de 04/10/2011 para despesas de transporte de equipes responsáveis pela retirada de órgãos para transplante.

Pareceres: PG-693/12 e CONEX

30) Nº 15-P-1357/10

Interessado: HC

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Convênio

Partes: UNICAMP e União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde

Executores: Manoel Barros Bértolo/FCM e Antonia Teresinha Tresoldi/FCM

Data de Assinatura: 27.08.2012

Recursos: R\$ 569.000,00

Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Terceira, que trata dos Recursos Financeiros, do Convênio que objetivou apoio técnico e financeiro para "Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – HC/UNICAMP.

Pareceres: PG-2707/12 e CONEX

31) Nº 32-P-8650/10

Interessado: HEMOCENTRO

Espécie: Contrato

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU

Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro

Data de Assinatura: 07.01.2011

Vigência: 05 anos

Recursos: os valores mencionados neste Contrato são exclusivamente para ressarcimento do custo dos exames realizados, os quais estão descritos na Tabela de Exames Laboratoriais (Anexo II).

Resumo do Objeto: realização de Exames Laboratoriais.

Pareceres: PG-1580/10 e CONEX

OBS: O Relatório Final de Atividades do Contrato consta do item 24 da pauta.

32) Nº 01-P-3338/11

Interessado: MUSEU EXPLORATÓRIO DE CIÊNCIAS

Espécie: Contrato

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Catavento Cultural e Educacional

Executores: Marcelo Firer/Museu e Cristina Meneguello/Museu

Data de Assinatura: 29.07.2011

Vigência: até 31.12.2011

Recursos: R\$ 3.418,29 mensais

Resumo do Objeto: manutenção preventiva e cotidiana da exposição NanoAventura instalada no Catavento Cultural e Educacional com sede no Palácio das Indústrias do Estado de São Paulo.

Pareceres: PG-941/11, PG-2070/11 e CONEX

OBS: O Relatório Final de Atividades do Contrato consta do item 25 da pauta.

33) Nº 01-P-27329/08

Interessado: GR

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação

Partes: UNICAMP e FAPESP

Data de Assinatura: outubro/12

Resumo do Objeto: prorrogação da vigência por mais 12 meses do Termo de Cooperação que objetivou a cooperação entre as Partícipes, mediante a colaboração da Unicamp no aprimoramento da Procuradoria Jurídica da Fapesp.

Parecer: PG-4055/12

1 Expediente

1 **SÚMULA DA ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos nove dias
3 do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se na sala
4 de reuniões do Conselho Universitário a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a
5 presidência do Professor Doutor PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA
6 com a presença dos seguintes membros: Alan Godoy de Souza Mello, Jacks Jorge Junior,
7 Maria Silvia Viccari Gatti, Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci, Osvaldir Pereira Taranto,
8 Vivaldo Silveira Junior e Watson Loh. Esteve também presente à reunião o senhor Antonio
9 Félix Duarte, Assessor da Aeplan – Assessoria de Economia e Planejamento. Havendo
10 quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início ao Expediente da Nonagésima Oitava Sessão
11 Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário da
12 Universidade Estadual de Campinas, informando que as Súmulas das Atas da Nonagésima
13 Sexta e Nonagésima Sétima Sessões foram encaminhadas por *e-mail* aos membros presentes
14 naquelas reuniões e não houve observações. Questiona se o plenário tem alguma observação.
15 Não havendo, submete as respectivas Súmulas à votação, que são aprovadas por unanimidade.
16 Passa à Ordem do Dia, que trata de dois itens: Terceira Revisão Orçamentária, Fechamento de
17 2011, com Demonstrativo Receita/Despesa, Informação Aeplan nº 182/12, constante do Proc.
18 nº 01-P-28831/10 e Terceira Revisão Orçamentária de 2011, Fechamento, do *Campus* de
19 Limeira, FCA, com Demonstrativo Receita/Despesa, Informação Aeplan nº 183/12, constante
20 do Proc. nº 01-P-28832/10. Como de praxe, solicita ao senhor Antonio Félix Duarte que faça
21 uma breve exposição, para depois discutirem. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE iniciará
22 falando sobre o informe Aeplan-82/2012, que trata do Fechamento do Orçamento Geral de
23 2011. Acha interessante explicar o comportamento da arrecadação do ICMS do ano passado.
24 O valor inicial de previsão de arrecadação foi de R\$71,430 bilhões, e isso consta às folhas 6
25 na Tabela I, chamada Previsão de Arrecadação - Inicial Orçamento, coluna A. Durante todo o
26 ano a Aeplan entendeu que em função das medidas econômicas que o Governo Federal havia
27 tomado no final de 2010 e algumas tomadas no início de 2011, seria mais cauteloso trabalhar
28 com esse número. E, de fato, trabalharam durante todo o exercício de 2011 com ele. Explicará
29 como isso se deu. A Secretaria da Fazenda, mensalmente, repassa 2,1958% da arrecadação
30 prevista para o mês, mas não informa qual é a previsão. Ela trabalha com uma previsão
31 própria, que pode ser maior ou menor que a do Orçamento. Então, desconhecem, durante a
32 execução, qual a estimativa anual com a qual a Fazenda está trabalhando, conhecem somente
33 a mensal. Os dados da coluna B, Previsão de Arrecadação - Mensal, Secretaria da Fazenda,
34 são os valores utilizados com parâmetro para o repasse de recursos durante o exercício, e que,
35 se somados, totalizam R\$73,647 bilhões. É a linha mais fina do gráfico que está na parte
36 superior da tabela da mesma página. Na coluna C, Arrecadação, Dados Definitivos, estão os
37 valores que de fato se arrecadou no ano: R\$73,431 bilhões, superior ao número com o qual
38 trabalharam, mas menor que o número previsto pela Secretaria. A arrecadação foi 2,8% maior
39 que o número do Orçamento, e 0,29% menor que o próprio número da Secretaria da Fazenda.
40 Os números oscilaram nessa magnitude, e não tendo uma diferença significativa em relação

2 Expediente

1 ao Orçamento. A estimativa com a qual trabalharam durante o ano estava bem dimensionada,
2 e não havia indicadores econômicos que justificassem a alteração desse número durante o
3 exercício, e por isso, nas duas revisões e na negociação de data-base, a previsão de R\$71,430
4 bilhões foi mantida. O Governo trabalhava com uma perspectiva de inflação de 4,5% e a
5 inflação foi de 6,5%; e eles tinham também uma expectativa de crescimento do PIB de 4,5%,
6 que, na realidade, está para fechar em torno de 3%. Ocorreram modificações na política
7 econômica durante a execução e no final de 2010 que justificaram a atitude cautelosa adotada
8 pela Aeplan durante o exercício. Eram essas as informações a fornecer sobre o
9 comportamento da arrecadação do ICMS. Em seguida, irá discorrer sobre os números que
10 estão na página 4, onde consta o demonstrativo de receitas do lado esquerdo, e do lado direito
11 o demonstrativo das despesas. Do lado das receitas, houve um acréscimo em relação à
12 previsão inicial – linha 45, Total - R\$1,616 bilhão. De fato, fecharam o ano, como consta na
13 coluna C, linha 45, com R\$1,758 bilhão. Ou seja, houve um acréscimo de receitas durante o
14 exercício de 8,76%, o que significa R\$141,698 milhões a mais para a Universidade, durante
15 2011. Essas receitas foram maiores que as previstas. A quota-parte do ICMS, na linha 11, para
16 a qual a previsão inicial era de R\$1,561 bilhão, fechou em R\$1,604 bilhão, R\$43,637 milhões
17 a mais do que o esperado. Também houve uma entrada de recursos logo no início do ano, que
18 consta à linha 13 e que corresponde à diferença de arrecadação de dezembro de 2010, que foi
19 de R\$22,213 milhões. Só tomam conhecimento da arrecadação real de dezembro do ano
20 anterior por volta do dia 20 de janeiro seguinte; então, isso significa que por volta dessa data
21 souberam que a arrecadação de dezembro foi maior, e isso representou uma entrada para a
22 Universidade de R\$22,213 milhões. Outro item que foi um pouco superior à previsão inicial
23 foi a Receita Própria, que está na linha 15, cuja previsão inicial era de R\$45,808 milhões e, de
24 fato, arrecadaram R\$49,958 milhões. Houve um acréscimo de R\$4,150 milhões. E, por
25 último, na linha 17, há um item denominado Transferência de Saldo de 2010, que é algo que
26 também só detectam quando fecham o Orçamento. Por exemplo, agora irão detectar qual é o
27 saldo que vai passar para 2012, relativo a 2011. O saldo de 2010 que identificaram quando
28 apresentaram para a COP a última revisão foi de R\$71,698 milhões. Está demonstrada
29 também essa receita adicional acrescentada ao Orçamento de 2011. Do ponto de vista das
30 despesas, em termos gerais, na linha 45, verificam que a previsão inicial das despesas era de
31 R\$1,616 bilhão e fecharam o ano com R\$1,728 bilhão, ou seja, as despesas aumentaram em
32 6,89%, R\$111,412 milhões a mais em relação à Proposta Orçamentária inicial. Esse
33 acréscimo está principalmente condensado em três grupos. O Grupo I, Pessoal, cuja
34 estimativa inicial era de R\$1,309 bilhão, e fecharam o ano com R\$1,374 bilhão, R\$64,873
35 milhões a mais, em função de reajustes salariais, avaliação, questões que aconteceram durante
36 o exercício. No Grupo II, chamado Juros, Encargos, Amortizações e Sentenças, a previsão
37 inicial era de R\$7,362 milhões, mas fecharam o ano com R\$35,435 milhões, um acréscimo de
38 R\$28,073 milhões. Nesse grupo há uma especificidade que é preciso explicar. Quando a
39 Proposta Orçamentária foi elaborada, não havia ainda a expectativa de pagamento de dois
40 precatórios de desapropriação da Universidade. Eles estavam em trânsito na Justiça; em

3 Expediente

1 novembro houve um acordo entre a Unicamp e a Justiça, bastante vantajoso para a
2 Universidade, em que ela pôde pagar com 50% de desconto o valor referente aos dois
3 precatórios, um de 1973 e um de 1979, do espólio da dona Jandira Pamplona, cuja dívida era
4 de R\$48 milhões. Então, a maior parte do acréscimo refere-se a esses precatórios do montante
5 R\$24,5 milhões, aproximadamente. Além disso, nesse grupo de despesa também ocorre
6 durante o exercício o pagamento de precatórios chamados de pequena monta, que, segundo a
7 legislação, não precisam chegar à Universidade até a data limite de 30 de junho do ano
8 anterior. A Constituição determina que pagamento de precatório para o próximo exercício só
9 pode ser feito se ele der entrada na Universidade até 30 de junho do ano anterior. Os de
10 pequena monta não cumprem essa formalidade; a Universidade deve pagar tão logo chegue.
11 Geralmente, as despesas deste grupo, em relação à previsão inicial, são sempre um pouco
12 maior. Além disso, os precatórios registrados até 30 de junho sofrem correção pela tabela do
13 Tribunal de Justiça até o dia do pagamento. Então, nunca conseguem colocar no Orçamento
14 exatamente o valor a ser pago, porque ele é pago geralmente em setembro do próximo ano. Os
15 efeitos são correção de preço dos precatórios inseridos no Orçamento, pagamento de
16 precatórios de pequena monta. Outro grupo que não estava na Proposta Orçamentária inicial,
17 e que agora apareceu na Primeira e na Segunda Revisão, é o chamado Saldo de Dotação de
18 2010, que está na linha 41, e corresponde a R\$33,958 milhões. A maior parte do acréscimo
19 nas despesas, que totalizaram R\$111,412 milhões, está concentrada nesses três grupos,
20 Pessoal, o Grupo II, Juros, Encargos, Amortizações e Sentenças e, por último, o Saldo de
21 Dotação das Unidades em 2010, que corresponde aos recursos que as Unidades não
22 executaram naquele ano e foi transferido para 2011. Em 2011, foi devolvido para as Unidades
23 para elas poderem executar o recurso. Essa é a explicação para os R\$33,958 milhões. Do
24 ponto de vista de balanço entre receitas e despesas, há um superávit que está demonstrado na
25 linha 48, de R\$30,286 milhões, que é a diferença entre o somatório das receitas e somatório
26 das despesas. Parte desse superávit, vai dar cobertura também aos saldos das Unidades não
27 executados em 2011. Como ocorre todos os anos, no fechamento do exercício verificam tudo
28 o que a Unidade não conseguiu executar durante o ano e logo em janeiro esse saldo é
29 devolvido para ela. O somatório disso está demonstrado na página 5 e detalhado por Unidade,
30 totalizando R\$25,189 milhões. Do superávit identificado, de R\$30,286 milhões, R\$25,189
31 milhões já foram devolvidos para as Unidades. De fato, o que resta de 2011 são R\$5,096
32 milhões. Esse é o balanço do fechamento do ano. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
33 JUNIOR diz ter uma dúvida. Como foram previstos os elevadores, cujo valor não se recorda,
34 e não foram realizados até então, deseja saber onde se encontram discriminados. O SENHOR
35 PRESIDENTE responde que se foi atribuído à Unidade e não foi gasto, está no saldo da
36 Unidade. Por exemplo, a Faculdade de Engenharia de Alimentos tem saldo de R\$598 mil. O
37 senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE complementa que pode ser elevador ou qualquer outra
38 despesa. Há duas situações quando se faz previsão de gastos e investimentos não previstos na
39 Proposta Orçamentária inicial. No primeiro momento, quando uma despesa dessas é
40 autorizada, ela é encaminhada à Aeplan, mas os recursos não são alocados, sendo somente

Expediente

1 registrada a despesa, mediante informação no processo que foram programados recursos para
2 a despesa “x”. Depois de licitada, o recurso é repassado para a Unidade e então ela pode
3 emitir reserva e compromisso. Foi questionado se a despesa consta aqui, e certamente consta,
4 porque já está registrada na Aeplan. Se ela não está efetivamente empenhada, mas está
5 registrada, para a Aeplan já é considerada como gasto. Se foi programada a despesa para a
6 obra do elevador e ela não foi realizada, consta como despesa a ser gasta, porque em algum
7 momento isso vai acontecer. O SENHOR PRESIDENTE diz que foi debitada de algum lugar.
8 O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz não saber os valores, mas só para
9 encontrar aqui. Diz que ele não gastou para a manutenção predial da FEA, então esse é o
10 volume maior, e acredita que o valor do elevador está na casa dos R\$400 mil. Questiona se o
11 valor era realmente esse. O SENHOR PRESIDENTE responde que era de R\$70 mil a R\$100
12 mil. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz que para fazer toda a estrutura do
13 elevador. O SENHOR PRESIDENTE diz que o senhor Antonio Félix pode esclarecer. O
14 Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR diz que só o aparelho custaria de R\$70 mil a
15 R\$100 mil, mas tem todo o *hall*, que estava programado. O SENHOR PRESIDENTE
16 responde que ou o recurso já está empenhado, e então não está nem como saldo da FEA, está
17 no processo para ser pago, mesmo que não tenha ainda sido realizado; ou está como recurso
18 atribuído à Unidade. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR acredita que não tenha
19 sido dado prosseguimento ao elevador. E para este ano, se não se engana, foram reservados
20 mais vinte elevadores na casa de R\$10 milhões. O SENHOR PRESIDENTE questiona se são
21 mesmo elevadores. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que não são elevadores. O
22 SENHOR PRESIDENTE pergunta se o professor Vivaldo está se referindo ao módulo de
23 acessibilidade. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JUNIOR responde que se refere ao
24 módulo. O SENHOR PRESIDENTE responde que essa despesa não será realizada pela
25 Unidade, mas de forma centralizada; sendo R\$7 milhões de 2011 mais R\$7 milhões em 2012.
26 Deve ter sido empenhado uma parte dele, não sabe se todo. Se não foi, está como saldo, o
27 dinheiro está em caixa, mas reservado para essa finalidade. Quando a Aeplan faz o
28 Orçamento, já reserva esse recurso e ele não pode ser gasto em outra coisa, porque o
29 Orçamento diz que ele vai ser gasto nesses vinte prédios. O Conselheiro VIVALDO
30 SILVEIRA JUNIOR diz que sua pergunta inicial era relativa a isso, e não ao elevador. O
31 SENHOR PRESIDENTE diz que se trata do módulo de acessibilidade. Ainda nem definiram
32 quais são, aventaram. A CPO fez um levantamento de todos. Antecipou os dez primeiros, que
33 têm condições de serem feitos imediatamente. Os outros precisam de alguma adaptação, ou no
34 projeto ou uma discussão com a Unidade. Farão isso assim que a CPO terminar. Já existe um
35 levantamento muito detalhado. Acredita que tem um da FEA, um da FEQ, um do IQ, do IEL,
36 do IFCH. O primeiro, e esse já foi empenhado, é o do prédio da Secretaria Geral, que é um
37 módulo mais complexo, porque inclusive prevê uma sala de espera. O SENHOR
38 PRESIDENTE diz que nada disso entra no orçamento da Unidade. O Conselheiro VIVALDO
39 SILVEIRA JUNIOR volta a questionar sobre o módulo de acessibilidade, sobre o que foi
40 reservado no ano passado, na casa dos R\$10 milhões. O SENHOR PRESIDENTE observa

5 Expediente

1 que foram R\$14 milhões. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que foram R\$7 milhões
2 no ano passado e mais R\$7 milhões deste ano. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
3 JUNIOR deseja saber onde está lançado aqui na revisão. O Senhor ANTONIO FÉLIX
4 DUARTE explicará novamente para que não fique nenhuma pendência. Quando foi aprovado
5 o Orçamento de 2011, esse grupo chamado Melhoria de Acessibilidade de Prédios – Primeira
6 Fase fez parte de um grupo denominado Grupo 7, Projetos Especiais. No documento Receita e
7 Despesa é possível localizar isso na linha 33, Projetos Especiais, R\$100,214 milhões. Dentro
8 dos R\$100,214 milhões havia, na Proposta Orçamentária inicial, R\$7 milhões. Estão fechando
9 esse ano com R\$81,134 milhões, porque também dentro desse grupo havia reserva de
10 contingência, que foi para pessoal, para os reajustes, e tinha reserva técnica para reajuste de
11 contratos. Por isso fecha com valor menor. Os R\$7 milhões estão dentro dos R\$81 milhões,
12 embora, efetivamente, não esteja definido ainda e nem realizado, mas é preciso guardar os
13 R\$7 milhões porque houve a aprovação do Conselho Universitário para essa finalidade. No
14 momento em que a CPO e a PRDU definirem quais obras serão realizadas, a Aeplan vai ter de
15 colocar o recurso. Então, ele tem de estar reservado, isso está registrado e é assim que se
16 procede para esse gasto ou qualquer outro que tenha sido autorizado pela COP, CAD e Consu.
17 O Conselheiro WATSON LOH parabeniza a Aeplan e a PRDU pelo trabalho realizado. Mas
18 não entendeu bem qual foi a diferença nessa parte do Grupo 1, Pessoal, pela sua conta acha
19 que foi de R\$65 milhões. Foi falado sobre promoções. Lembra o Orçamento aprovado
20 recentemente e isso já estava previsto nele, então não entendeu. O SENHOR PRESIDENTE
21 responde que o reajuste não. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que quando fizeram
22 o Orçamento inicial, assim como acontece todos os anos, nunca preveem qual será o reajuste
23 salarial, porque realmente não sabem. O Conselheiro WATSON LOH diz que o reajuste tudo
24 bem, mas há reserva para promoções, concurso de titular, livre-docente, carreiras horizontais.
25 Isso já está previsto. O SENHOR PRESIDENTE diz que existem algumas despesas previstas
26 que são colocadas. O Conselheiro WATSON LOH questiona se esses quase R\$65 milhões
27 foram para o reajuste. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE responde que sim.
28 Basicamente o reajuste e também a revisão da folha. Como o ICMS, a folha também não é
29 uma questão em que se acerta exatamente; ela tem uma movimentação. O Conselheiro
30 WATSON LOH diz que não são sempre conservadores, a pessoa poderia ter direito a
31 executar, a pedir um aumento, mas ela não recebe, no caso das promoções, pelo que entendeu.
32 Não entendeu como erraram para menos. O SENHOR PRESIDENTE diz em algumas
33 atividades gastam menos e, em outras, mais. Por exemplo, auxílio-alimentação, que teve um
34 aumento muito expressivo, está nessa atividade. O Conselheiro WATSON LOH diz que está
35 no pacote de reajuste dos funcionários. O SENHOR PRESIDENTE diz que mesmo tendo um
36 aumento assim sabem que vai haver; como este ano, aprovaram o Orçamento e sabem que
37 darão um reajuste, no mês de maio, e que isso vai ter de ser absorvido ao longo do ano, para
38 que não haja um comprometimento maior. O Conselheiro WATSON LOH pergunta se a
39 margem que têm para trabalhar com o reajuste agora terá de estar no saldo, porque ela não
40 está prevista aqui. O SENHOR PRESIDENTE responde que ela vai ter de estar no saldo ou

6 Expediente

1 em algum outro lugar. Por exemplo, nos programas especiais existe uma reserva de
2 contingência que está nessa atividade. Não irão gastar tudo que está reservado em 2011,
3 porque parte disso vai para o reajuste. Então, não é que tudo, é que não sabem quanto terão de
4 reserva e nem de quanto será o reajuste. Em relação às previsões acertadas, acredita que isso
5 ocorra porque a Secretaria da Fazenda faz uma previsão quase que precisa, até pelo fato de
6 realizar um acompanhamento diário e possuir uma metodologia para fazer essas previsões.
7 Para a proposta original, trabalham com a arrecadação efetiva do primeiro semestre do ano
8 anterior e a previsão do segundo semestre. Mas, quando começa o ano, a Secretaria já tem a
9 previsão mensal, essa curva intermediária. Há a tracejada que é a inicial, a contínua fina que é
10 a da Secretaria da Fazenda, e pode-se notar como elas são próximas. Às vezes surpreende.
11 Dezembro surpreendeu a Secretaria da Fazenda e a Aeplan também. Até o dia 15 de janeiro
12 estavam achando que a arrecadação seria aquela que estava prevista, mas de uma hora para
13 outra foram R\$350 milhões a mais. Provavelmente se refere à arrecadação dos últimos dias de
14 dezembro; todos diziam que tinha sido menor que nos anos anteriores, mas na verdade foi
15 maior. Por sorte, mesmo tendo gastado muito mais do que a previsão inicial, a arrecadação
16 também foi maior. Então pagaram um precatório importante, garantiram o saldo, e ainda
17 sobraram R\$5 milhões. Só não foi melhor que 2010, quando a arrecadação foi excelente, mas
18 a de dezembro de 2011 também foi muito boa. Então, isso trouxe uma enorme tranquilidade
19 para iniciarem o ano, que poderia trazer surpresas por causa das inseguranças da economia
20 mundial, mas elas não aconteceram, mesmo com um crescimento menor e com uma inflação
21 maior. Inflação maior faz arrecadar mais, mas também faz gastar mais, porque normalmente a
22 inflação é uma ilusão de que se arrecadou mais, porque se gastou muito mais do que a
23 inflação medida pela Fipe. E a questão do precatório, se não tivessem liquidado, teriam de
24 colocar como despesa R\$48 milhões no orçamento de 2012. Como ninguém paga precatório
25 em dia, quando propuseram pagar a metade, à vista, o escritório de advocacia aceitou
26 imediatamente, e isso entrou no superávit que tiveram durante o ano. A seguir, não havendo
27 mais manifestações, submete à apreciação a Terceira Revisão Orçamentária, Fechamento de
28 2011, sendo aprovada por unanimidade. O segundo item da Ordem do Dia é Fechamento de
29 2011 do *Campus* de Limeira, o último orçamento de Limeira separado do geral da Unicamp.
30 O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que já vinham, durante as revisões, sinalizando
31 que estavam preparando essa transição e, de fato, na Proposta Orçamentária de 2012 as
32 despesas relativas à Faculdade de Ciências Aplicadas já estão inseridas integralmente no
33 Orçamento Geral. Nessa última revisão de 2011 existem algumas informações, e solicita que
34 abram a página 12, para que possam observar o quadro denominado Demonstrativo
35 Receita/Despesa. Do ponto de vista das receitas de Limeira, na linha 48, o Orçamento foi
36 aberto com uma expectativa de R\$10,024 milhões. Essas receitas estavam baseadas
37 essencialmente nos rendimentos financeiros dos saldos daquele recurso que o Estado
38 transferiu, entre 2006 e 2007, e que, à medida que iam pagando as despesas, foram deduzindo
39 do saldo, mas como isso demorou muito para ser realizado, foi possível obter rendimentos
40 financeiros significativos. Os últimos orçamentos de Limeira foram baseados exclusivamente

7 Expediente

1 no rendimento financeiro, sendo que no início de 2011 já estavam sinalizando que havia
2 pouco saldo disponível, não sendo suficiente talvez para cobrir todas as despesas até o final
3 do exercício. De fato, a expectativa inicial de rendimentos para 2011, que era de R\$1 milhão,
4 ficou acima do esperado, fechando o ano com R\$2,668 milhões, de tal modo que a receita
5 inicial total, que era de R\$10,024 milhões, passou para R\$11,697 milhões. Houve um
6 acréscimo de R\$1,673 milhão, 16,7% a mais. Do lado das despesas, também houve um
7 acréscimo da ordem de R\$1,467 milhão. A estimativa inicial era de R\$10,024 milhões, mas o
8 ano fechou com R\$11,490 milhões. Todas as despesas adicionais da FCA foram cobertas com
9 sua própria receita, ou seja, não houve transferência de receitas do *Campus* de Campinas. A
10 própria receita obtida com o rendimento financeiro suportou o acréscimo de despesa ocorrido
11 durante o exercício. O principal item que respondeu por esse acréscimo de despesas foi
12 também o item Pessoal, que estava estimado inicialmente em R\$6,722 milhões e terminou
13 fechando o ano em R\$7,930 milhões; um acréscimo de R\$1,207 milhão. Os outros itens do
14 demonstrativo não tiveram variações significativas em relação aos dados iniciais. A
15 velocidade de contratações dos quadros talvez tenha sido até um pouco mais rápida do que a
16 estimada na Proposta Orçamentária. As pessoas foram contratadas mais cedo e a despesa
17 aumentou um pouco mais em relação ao estimado inicialmente. Desse modo, o fechamento de
18 balanço de receitas e despesas do *Campus* da FCA mostra que houve um saldo de R\$206mil
19 no final do ano, que na Primeira Revisão do Orçamento Geral de 2012 irão adicionar às
20 receitas. Era esse o compromisso, quer dizer, se sobrasse dinheiro na FCA, na Primeira
21 Revisão do Orçamento da Unicamp de 2012 a ser apresentada próxima a maio, somarão
22 aquele saldo, mais o saldo que está na tabela da página 18, que é de R\$4.767,00. É um saldo
23 pequeno, mas sobrou e será adicionado à receita da Universidade. Então, esses dois valores
24 entrarão no lado das receitas na Primeira Revisão Orçamentária. O professor Paulo lembrou
25 que na revisão do orçamento da Unicamp sobraram R\$30 milhões, mas R\$25 milhões já
26 foram devolvidos para as Unidades, então, utilizou R\$5 milhões também para somar na
27 Primeira Revisão a ser apresentada em maio. Em relação à revisão do novo *Campus* de
28 Limeira, eram essas as informações que tinha a passar. O Conselheiro WATSON LOH
29 pergunta se esses R\$200 mil vão para a FCA ou vão para a Unicamp como um todo. O
30 SENHOR PRESIDENTE diz que vão para a Unicamp, porque não foi atribuído para a
31 Unidade. Como o Orçamento da Unicamp assumiu o orçamento de todas as Unidades, por
32 sorte, em uma previsão boa de arrecadação em 2012, entra como saldo da Unicamp. O
33 Conselheiro WATSON LOH diz que isso se dá porque a Unidade estará zerada. O SENHOR
34 PRESIDENTE responde que está zerada de saldo, mas ela vai ter a dotação para manutenção
35 de atividades. O Conselheiro WATSON LOH pergunta se isso poderá acarretar algum
36 prejuízo para seu funcionamento. O SENHOR PRESIDENTE responde que não, porque a
37 questão do saldo aconteceu de uns anos para cá; antes não devolviam. Se a Unidade não tinha
38 executado, ela entrava no Orçamento Geral do ano seguinte. Acredita que passaram a fazer
39 isso em 2003, para que as Unidades não gastassem apressadamente, porque para o
40 Orçamento, do ponto de vista do Estado e de qualquer órgão público, o que não foi executado

8 Expediente

1 é zerado. Então, a Unidade vai começar do zero, mas ela está com uma dotação, com as
2 previsões de despesas todas adequadas. Claro que nas revisões terão de ajustar, mas ajustar
3 como qualquer outra Unidade. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que essa questão
4 que o professor Paulo comentou é importante. De 2012 em diante, a FCA será tratada como
5 qualquer Unidade; ela recebeu uma dotação inicial, que foi aprovada no orçamento. O
6 Conselheiro WATSON LOH diz ter perguntado porque todas as Unidades iniciam o ano com
7 certo montante de recursos. O SENHOR PRESIDENTE diz que esse valor inicial está
8 destinado a algum beneficiamento da Unidade ou coisa que o valha. O que é excepcional são
9 as Unidades manterem saldo. Por exemplo, o Instituto de Artes é que tem mais, porque está
10 construindo um prédio caríssimo. Então, na verdade, esse não é um recurso que ele dispõe
11 para o que quiser. O Conselheiro WATSON LOH diz que houve o imprevisto de quando caiu
12 o telhado em consequência da chuva e não sabe como foi coberta a reparação. Acionaram
13 uma empresa. O SENHOR PRESIDENTE diz que lá foi feito um reparo emergencial, e com
14 despesa centralizada estão fazendo uma contratação de aproximadamente R\$107 mil, para
15 fazer o reparo definitivo. O Conselheiro WATSON LOH questiona como ficará se algo desse
16 tipo acontecer este ano. O SENHOR PRESIDENTE responde que terão de tirar os recursos do
17 Orçamento Geral; é o que normalmente se faz. O que tem de excepcionalidade, ou
18 eventualmente até de obra, quando o reajuste for maior, é preciso tirar daqui e ir ajustando nas
19 revisões. Quer dizer, estão vivendo essas questões desde 2009, até 2008 não era assim. Em
20 2008, se tivesse reajuste, paravam a obra porque não havia mais recursos. Foram as
21 arrecadações de 2009, 2010 e 2011 que foram boas, tendo em vista todo o cenário econômico.
22 O ano de 2012 está com uma boa previsão, tanto é que absorveram Limeira. Limeira,
23 comparada com qualquer Unidade, é pequena, porque a folha de pagamento é enxuta, ainda
24 sem vantagens, sem quinquênio, sem gratificação. O Conselheiro WATSON LOH acredita
25 que gerencialmente é muito melhor trabalharem com saldo do que vir solicitar à
26 Administração. O SENHOR PRESIDENTE concorda. O Conselheiro WATSON LOH NIOR
27 diz que a experiência mostra que quando o dinheiro é da Unidade ela gerencia a prioridade de
28 uma forma diferente do que se trouxesse uma lista para a COP. O SENHOR PRESIDENTE
29 concorda e diz que o espírito de colocar os R\$6,5 milhões na manutenção, com os R\$3,5
30 milhões que tem de saldo, quer dizer que as Unidades têm R\$10 milhões em saldo. A uma das
31 Unidades que esteve aqui recentemente, falou que lhe solicitasse que ele autorizaria utilizar
32 aquele recurso, mesmo não estando na lista, porque é a folga que as unidades têm. É bom
33 fazer isso, porque o pior é ficar despachando com diretor. Esse ano praticamente não fez isso.
34 A não ser em caso de obra, quando precisa consultar a Aeplan, ver o que há na reserva para
35 despesas centralizadas. O Conselheiro WATSON LOH diz que é preciso avaliar esses R\$200
36 mil de saldo, porque R\$200 mil não farão diferença para a Unicamp. O Senhor ANTONIO
37 FÉLIX DUARTE explica que o saldo de R\$200 mil da FCA é diferente do saldo de outras
38 unidades. O Conselheiro WATSON LOH diz que entendeu. É que como eles não têm
39 histórico, eles não teriam saldo. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE esclarece que no
40 Orçamento da FCA até agora, todas as despesas que ela realizou no exercício foram cobertas.

9 Expediente

1 Quer dizer, todos os compromissos dela estão cobertos, porque era o formato de Orçamento,
2 que é um pouco diferente das outras unidades, nas quais se transformava em saldo. Então,
3 como tudo era coberto, ela não tem compromisso para os R\$200 mil. Quer dizer, é conceder
4 uma coisa a ela para a qual não há compromisso de despesa. O Conselheiro WATSON LOH
5 diz que entende, é uma unidade nova. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que não
6 existe despesa para esses R\$200 mil, é sobra mesmo. O Conselheiro WATSON LOH diz que
7 os imprevistos sempre vão acontecer, como mostrou o ano passado. O SENHOR
8 PRESIDENTE diz que o que o senhor Antonio Félix quer dizer, por exemplo, é que tem
9 R\$500 mil no Instituto de Química, mas esses R\$500 mil já estão destinados. A FCA vai
10 receber R\$200 mil que ainda não destinou. O Conselheiro WATSON LOH diz que o IQ
11 nunca executa todo ele porque sempre imagina que irão acontecer imprevistos em unidades
12 antigas, de grandes áreas. O SENHOR PRESIDENTE observa que esse saldo já está
13 comprometido. O Conselheiro WATSON LOH diz que a maior parte está. É só essa questão,
14 mas acredita que com o tempo vai se regularizar. O SENHOR PRESIDENTE concorda. O
15 Conselheiro WATSON LOH acredita que a Reitoria será sensível, e que essa negociação de
16 balcão é muito ruim. O SENHOR PRESIDENTE diz que a novidade aqui é que o diretor da
17 FCA terá de aprender a fazer isso como qualquer diretor aprendeu. Já falou isso para o
18 professor Sérgio Salles, porque ele o procurava dizendo que precisava urgente de algum
19 recurso. Informou-lhe então que ele agora terá de aprender com a dotação dele; que, afora a
20 manutenção das atividades, terá de economizar em algo para que tenha saldo para atender as
21 emergências. Isso funciona no orçamento individual, pessoal, familiar. É claro que no caso de
22 imprevistos, como a queda do telhado, por exemplo, não há como. Às vezes assumem
23 despesas aqui que depois precisam ajustar na revisão. O próprio reajuste dos salários é
24 acertado na Segunda Revisão, porque fazem a primeira com a cautela de deixar uma reserva
25 de contingência, assumem uma despesa muito maior e na Segunda Revisão, se arrecadou para
26 cobrir o reajuste, ainda fazem investimentos; se não arrecadou não fazem mais, pelo contrário,
27 contingenciam. O Conselheiro WATSON LOH questiona a que se referem os R\$200 milhões
28 que geram o rendimento de R\$2 milhões. O SENHOR PRESIDENTE responde que são R\$2
29 milhões no ano. A FCA ainda tem coisas que não foram pagas, portanto o dinheiro está em
30 caixa. O Conselheiro WATSON LOH pergunta onde isso aparece. O SENHOR
31 PRESIDENTE responde que o financeiro da DGA controla isso e vai informando à Aeplan
32 quanto rendeu aquele recurso financeiro aplicado. O dinheiro todo que a Unicamp movimenta
33 vem a cada 15 dias. Se estão com saldo, o que vem na segunda quinzena, a maior parte fica
34 até o quarto dia útil, quando pagam os salários e o saldo vai lá embaixo. A DGA tem de
35 informar diariamente para o Siafem como ela está gastando, o que está arrecadando. O
36 Conselheiro WATSON LOH diz que o dinheiro já está com a Universidade. O SENHOR
37 PRESIDENTE confirma que sim. O Conselheiro WATSON LOH diz que ele está destinado e
38 continua rendendo. O SENHOR PRESIDENTE responde que para toda obra que atrasa, que
39 já está contratada e que não é reajustada, existe um ganho. Em Limeira há duas grandes obras,
40 o Didático II e a Infraestrutura. Uma é R\$11 milhões e a outra é R\$10 milhões – são R\$21

10 Expediente

1 milhões, e elas atrasaram, não sabe o porquê, então rende. Mas não apenas rende, o fato é que
2 após um ano de atraso na obra é preciso fazer o reajuste de preço pelo índice contratado. Por
3 isso arrecadam de receita financeira mais do que o previsto, porque também existe uma
4 previsão, irão arrecadar tanto porque existe um histórico do fluxo financeiro. Cada um faz
5 uma parte: a DGA gasta, a Aeplan autoriza, a DGA tem de informar o que gastou e o que
6 rendeu. E essa questão do rendimento é uma guerra, porque o saldo não é baixo, e todos
7 querem, o banco Santander, o Banco do Brasil, nos quais há funcionários especializados em
8 negociação de taxas, formas de aplicação. A Universidade só não pode fazer aplicações de
9 risco, mas normalmente tem uma receita. No passado adquiriam a inflação, e agora existe o
10 ganho real, mesmo sendo 1%. Tanto é que a receita própria é uma receita expressiva. Não
11 havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete a matéria à apreciação, sendo
12 aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Cláudia Masliaev, redigi a
13 presente Súmula que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de
14 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 09 de fevereiro de 2012.

11

Expediente

1 **SÚMULA DA ATA DA NONAGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e seis
3 dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às quinze horas, reuniu-se na sala de reuniões
4 do Conselho Universitário a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do
5 Professor Doutor PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA, com a
6 presença dos seguintes membros: Felipe Tannus Moreira da Costa, Daniel Pereira, Fernando
7 Sarti, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Sérgio Saran, Rodnei
8 Bertazzoli e Vicente José Costa Vale. Esteve também presente à reunião o senhor Antonio Félix
9 Duarte, Assessor de Economia e Planejamento. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE
10 dá início à reunião, informando que o Conselho Universitário, em sua 126ª Sessão, realizada
11 em 27 de março de 2012, aprovou as indicações dos membros para comporem a Comissão de
12 Orçamento e Patrimônio, que ficou assim constituída: Diretores da Área de Ciências Exatas:
13 Titular: Daniel Pereira e Suplente: Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa; Área de Ciências
14 Biológicas: Titular: Mário José Abdalla Saad e Suplente: Paulo Ferreira de Araújo; Área de
15 Ciências Humanas e Artes: Titular: Fernando Sarti e Suplente: Esdras Rodrigues Silva; Área
16 de Ciências Tecnológicas: Titular: Rodnei Bertazzoli e Suplente: Vivaldo Silveira Junior;
17 Representação dos Servidores Técnicos e Administrativos: Titular: Vicente José Costa Vale e
18 Suplente: João Raimundo Mendonça de Souza; Representação Discente: Titular: Sylla John
19 Lerro Taves e Suplente: Felipe Tannus Moreira da Costa. A Representação Docente continua
20 a mesma até junho deste ano, a saber: Titulares: Profs. Drs. Osvaldir Pereira Taranto e Maria
21 e Silvia Viccari Gatti, Suplentes: Prof. Paulo Sérgio Saran e Profa. Dra. Claudia Maria Bauzer
22 Medeiros. Justificaram ausência à Sessão o professor Osvaldir Pereira Taranto, o acadêmico
23 Sylla John Lerro Taves, e o professor Mário José Abdalla Saad. Todos receberam a Súmula
24 da reunião, enviada por *e-mail*. Os presentes naquela reunião não se manifestaram quanto à
25 aprovação da mesma, portanto não poderão aprová-la hoje. Na Ordem do Dia, há, como item
26 único, a Primeira Revisão do Orçamento de 2012, objeto do Proc. nº 01-P-27568/11, referente
27 à Primeira Revisão Orçamentária de 2012, demonstrativo Receita/Despesa. Informação
28 Aeplan nº 502/12. Solicita ao senhor Antonio Félix que exponha a revisão, como de costume,
29 e depois passarão à discussão. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE iniciará suas
30 explicações pelo demonstrativo da arrecadação de ICMS para 2012. Inicialmente, falará sobre
31 a tabela 1, onde consta a previsão de arrecadação, coluna A – Orçamento. Essa distribuição da
32 previsão anual de arrecadação, no valor de R\$78,729 bilhões, é uma distribuição mensal que a
33 Aeplan elabora com base nas informações da arrecadação de ICMS, que a permite fazer a
34 estimativa da arrecadação mensal. Essa distribuição é um exercício para acompanhar a
35 arrecadação. É essa distribuição que dá origem ao gráfico que se encontra acima da tabela,
36 onde se pode visualizar qual a expectativa de arrecadação para o ano inteiro. Na segunda
37 coluna da tabela, denominada Previsão de Arrecadação Mensal – Secretaria da Fazenda, onde
38 somente existem informações até o mês de abril, constam os valores estimados mensalmente
39 pela Secretaria. Somente ficam sabendo qual o número que a Fazenda está prevendo para o
40 mês em curso, por isso não consta a distribuição até o final do ano; embora saibam que a

12 Expediente

1 Fazenda continua trabalhando com a previsão anual de R\$78,729 bilhões. Ou seja, ela ainda
2 não mudou de posição em relação aos números que estão na Proposta Orçamentária, que foi
3 analisada e aprovada no início do ano. A terceira coluna, C, Arrecadação Definitiva, trata dos
4 valores que o Estado efetivamente arrecadou no primeiro trimestre – janeiro, fevereiro e
5 março –, que somam R\$18,251 bilhões. Essa arrecadação situa-se 4,43% abaixo do valor que
6 a Fazenda estimou para o trimestre, que era de R\$19,097 bilhões. Isso, com certeza, é
7 resultado da baixa atividade econômica. Do ponto de vista de arrecadação de ICMS, nesses
8 três primeiros meses, a Unicamp deixou de receber R\$18,575 milhões. Às folhas 9 consta o
9 Demonstrativo de Receitas e Despesas. Discorrerá, inicialmente, sobre as Receitas. A
10 previsão inicial era de R\$1,789 bilhão. A estimativa com que estão trabalhando atualmente é
11 de R\$1,847 bilhão – houve um acréscimo de R\$57,575 milhões, ou 3,22%. Parte do
12 acréscimo de Receita aconteceu no primeiro item, chamado Recursos de Tesouro do Estado,
13 que era no valor de R\$1,736 bilhão e passou para R\$1,746 bilhão. Foram acrescidos
14 R\$10,077 milhões. Houve alterações no item cota-parte de ICMS, que era R\$1,726 bilhão e
15 passou para R\$1,728 bilhão; o que aconteceu é que efetuaram o cálculo correto da aplicação
16 da cota-parte da Universidade, os 2,1958%, sobre a previsão de ICMS do ano, que é
17 R\$78,729 bilhões. Quando foi aprovado o Orçamento, em dezembro do ano passado havia
18 uma diferença no valor da dotação inicial, e essa diferença sempre ocorre, porque quando o
19 Estado elabora o orçamento global, ele não trabalha com todas as casas decimais, então
20 sempre vai haver uma pequena diferença na dotação inicial aprovada na lei para as
21 Universidades, em relação ao cálculo do percentual sobre a previsão de ICMS. Esse ajuste
22 que está fazendo agora, de mais R\$2,348 milhões é a correção de um dado que consta da
23 proposta orçamentária em relação ao que é, de fato, 2,1958% da previsão de ICMS para o
24 ano. Não significa que houve ganho de arrecadação. Como demonstrou agora há pouco, a
25 arrecadação do ICMS do primeiro trimestre foi menor do que a Secretaria da Fazenda previu.
26 Outro item que contribuiu para o crescimento dos Recursos do Tesouro do Estado foi a
27 diferença de arrecadação de dezembro de 2011; ela foi maior que a prevista, resultando num
28 repasse em janeiro deste ano de R\$7,729 milhões. A soma deste valor, mais R\$2,348 milhões,
29 resulta num acréscimo dos recursos do Tesouro do Estado de R\$10,077 milhões. As Receitas
30 Próprias não sofreram alteração. O que foi arrecadado nos primeiros meses do ano não foi
31 muito diferente do estimado, então a previsão anual de ICMS foi mantida. Há, na linha 17,
32 uma transferência de saldo de 2011, de R\$30,498 milhões; esse é o resultado da Terceira
33 Revisão Orçamentária que foi analisado na última reunião da COP, onde foi identificado o
34 superávit do balanço Receita e Despesa de 2011 e, ao mesmo tempo também foi apontado que
35 havia um saldo das unidades, não executado em 2011, de algo em torno de R\$25 milhões;
36 então, dos R\$30 milhões que correspondem ao superávit de 2011, R\$25 milhões irão cobrir
37 despesas das unidades que serão executadas em 2012. Em seguida, é indicada mais uma
38 receita adicional que ocorreu no primeiro trimestre que corresponde ao crédito suplementar
39 relativo a uma operação que o Estado de São Paulo realizou com o Banco do Brasil relativo
40 ao sistema de folha de pagamentos. Já haviam comentado na aprovação da Proposta

13

Expediente

1 Orçamentária, que a Aeplan solicitaria o crédito suplementar logo no início do ano para
2 regularizar a disponibilidade financeira da Universidade, sem a correspondente dotação
3 orçamentária. Isso foi feito logo no início do ano, o crédito foi aprovado e conforme o
4 combinado, ele está sendo demonstrada nesta Primeira Revisão, mediante o acréscimo de
5 R\$17,0 milhões. O recurso financeiro relativo a esse montante estava aqui desde meados de
6 fevereiro de 2011; então isso regulariza aquela situação. No lado das Despesas a previsão
7 inicial na Proposta Orçamentária era de R\$1,789 bilhão. Nesta Revisão o número se alterou
8 para R\$1,849 bilhão, um acréscimo de 3,36% que corresponde a um valor de R\$60,128
9 milhões. Essas alterações das estimativas de Despesas estão distribuídas nos diversos grupos.
10 Começará a explicar o que ocorreu com os grupos para que todos entendam a razão do
11 acréscimo de despesa. O primeiro grupo cujo valor se alterou foi o de Pessoal, Grupo 1, linhas
12 13, coluna F, cuja dotação inicial prevista era de R\$1,461 bilhão, e a atual é de R\$ 1,494
13 bilhão; há um acréscimo de R\$32,193 milhões, que é resultado de algumas alterações na
14 estimativa de gastos com Pessoal. A primeira delas e a mais significativa é a alteração relativa
15 à reestruturação e reajuste do Programa de Auxílio-Alimentação, que significou um aumento
16 de R\$24,948 milhões. Houve um aumento do valor do auxílio-alimentação, a partir de março,
17 e um segundo que está previsto para 1º de junho; o acréscimo de despesa referente a essas
18 duas alterações soma R\$24,948 milhões. Há também na questão do Programa de Auxílio-
19 Alimentação uma parcela adicional que foi paga em janeiro. No final do ano passado, a
20 Universidade decidiu antecipar a parcela que seria paga em janeiro, para dezembro.
21 Teoricamente, em janeiro não haveria pagamento de auxílio-alimentação. Mas no mês de
22 janeiro decidiu-se pagar a parcela; então, neste ano, excepcionalmente, haverá 13 parcelas, o
23 que significa um acréscimo de despesa de R\$2,584 milhões. Há também no grupo Pessoal as
24 contratações aprovadas pelo Conselho Universitário no dia 29 de novembro, que são: dois
25 docentes de nível MS-3 e sete docentes nível MS-6. Isso não foi possível incluir na Proposta
26 Orçamentária porque, em 29 de novembro de 2011, ela já estava em andamento e não havia
27 mais tempo para alterá-la. O entendimento naquele momento era de que a despesa seria
28 incluída na Primeira Revisão de 2012. Há também no grupo de Pessoal uma proposta que está
29 sendo apresentada agora à COP que é a liberação de 25% das vagas de funcionários
30 aposentados no regime Esunicamp. Isso significa 66 vagas e tem um custo nesse primeiro ano
31 estimado em R\$1,046 milhão. O que sobra são R\$2,818 milhões, resultado de ajustes
32 realizados na folha de pagamento em função de correções de estimativa em relação ao
33 projetado quando da elaboração da Proposta Orçamentária em agosto do ano passado. Outro
34 grupo que sofreu alterações foi o de Juros, Encargos e Amortização, onde houve acréscimo de
35 R\$263 mil, sendo que grande parte deste acréscimo é resultado do pagamento de precatórios
36 de pequena monta, que somam R\$248 mil. A diferença desse valor para R\$263 mil é devido à
37 correção monetária dos valores contidos na Proposta. No grupo Utilidade Pública
38 praticamente não há alteração. No próximo grupo, Restaurantes e Transportes, há um
39 acréscimo de R\$942 mil, em relação aos valores previstos anteriormente, que foi ocasionado
40 por três motivos, o primeiro é que houve um reajuste de 8,6% nos contratos de fornecimento

14 Expediente

1 de refeições do *Campus* da FCA, da Planta Física de Limeira, e no fornecimento de refeições
2 do *Campus* de Barão Geraldo. Outro efeito identificado é que houve crescimento do número
3 de refeições servidas no restaurante da FCA. Ao elaborar a Proposta Orçamentária de 2012,
4 basearam-se no histórico das refeições servidas no restaurante da PFL para os alunos e
5 servidores da FCA. O que se observou, a partir do início de funcionamento do Restaurante da
6 FCA em agosto de 2011, é que além do acréscimo do número de refeições provocado pela
7 entrada de uma nova turma de alunos, as pessoas que não iam almoçar na PFL passaram a
8 almoçar na FCA. Por último, houve também transferência de recursos de outro grupo de
9 Despesas, no valor de R\$319 mil, para despesa com transporte fretado. No item denominado
10 Despesas Contratuais, houve um acréscimo de R\$2,947 milhões, que teve como motivo
11 principal o reajuste de preço dos contratos; havendo também despesas advindas de contrato de
12 vigilância, limpeza e produção de refeições que foram reavaliadas. No próximo grupo
13 denominado Programas de Apoio, ocorreu o inverso dos anteriores, uma redução de R\$1,004
14 milhão, que se explica porque é nesse grupo onde estão localizados os programas
15 qualificados; há uma movimentação das unidades no sentido de retirar recursos desse grupo e
16 passar para outros. Outro fato que vinha sendo tratado na COP foi a questão das assinaturas
17 eletrônicas de periódicos. A Biblioteca Central já vinha trabalhando esse tema há algum
18 tempo e o resultado disso é que houve uma economia, identificada já nesse momento, de
19 R\$1,556 milhão, que corresponde a US\$915 mil. A economia total gerada pela migração é de
20 R\$5,381 milhões. Porém, há demandas das unidades para novos títulos, *e-books*, periódicos
21 eletrônicos e coleções retrospectivas. A BC reinvestiu parte da economia nessas demandas das
22 unidades que somam R\$3,826 milhões, que vão resultar em 70 mil novos títulos. Outra
23 questão importante é que a economia gerada não diz respeito a 100% das unidades, algumas
24 não aderiram a esse processo de exclusividade de assinaturas eletrônicas, mantendo o formato
25 impresso – a economia poderia ter sido maior. Outro fator que ocorreu, no sentido inverso, foi
26 um acréscimo de despesa em função da ampliação de 150 bolsas/mês de auxílio-social,
27 resultando em uma despesa adicional de R\$1,228 milhão. Há também a revisão dos preços
28 das tarifas de ônibus que passaram de R\$2,85 – que era o valor que estava na Proposta
29 Orçamentária – para R\$3. Essa mudança de tarifa altera as bolsas que tenham
30 complementação de auxílio-transporte. O próximo grupo, chamado Manutenção das
31 Atividades existentes, é onde se realizam as despesas de custeio das unidades, que sofreu um
32 acréscimo de R\$1,921 milhão, recursos que foram transferidos de outros grupos de despesas,
33 entre eles as Receitas Próprias e os Programas de Apoio. Nessa transferência de R\$1,921
34 milhão, R\$1,300 milhão foi transferido do grupo Receitas Próprias das Unidades, recursos
35 que a Aeplan reverte para a unidade e que ela tem a liberdade de transferir para outros grupos
36 de despesas, somando-se ao conjunto de recursos já alocados no Orçamento inicial. O
37 próximo grupo, denominado Projetos Especiais, teve redução de R\$1,074 milhão, resultado de
38 algumas movimentações orçamentárias. No assunto das Receitas, onde obtiveram o crédito de
39 R\$17 milhões em função do recurso do Banco do Brasil, o que havia sido aprovado na
40 Proposta Orçamentária é que quando esse crédito ocorresse, deveria cobrir despesas com a

15

Expediente

1 construção do Anfiteatro, e o recurso que estava lá viria para Reserva de Contingência; então
2 foi isso que fizeram, transferiram os R\$17 milhões na íntegra para a Reserva de Contingência.
3 Além disso, trouxeram também para a Reserva de Contingência a economia obtida no item
4 assinatura de periódicos no valor de R\$1,556 milhão, que foi adicionada ao valor da Reserva
5 de Contingência. No sentido inverso, foi transferido da Reserva de Contingência para o Grupo
6 1 – Pessoal, o valor de R\$32,192 milhões que tem como finalidade cobrir as despesas que
7 estão detalhadas no Grupo I. Além disso, nesse período de que trata a Revisão, foram
8 aprovadas despesas para alguns investimentos das unidades que não estavam na Proposta
9 Orçamentária inicial, os quais estão detalhados individualmente no informe Aeplan. Próximo
10 grupo – Despesas Custeadas com Receitas Próprias. Neste grupo também houve redução de
11 R\$1,380 milhão, devido a transferência de recursos para outros grupos de despesas,
12 prioritariamente para o grupo Manutenção das Atividades Existentes. Por último, há o saldo
13 de dotação de 2011, que refere-se as despesas que as unidades não executaram no ano passado
14 e que em janeiro foi repassado ao orçamento – 2012 para que elas pudessem executar neste
15 ano; totalizando R\$25,190 milhões. O balanço geral entre Receitas e Despesas demonstra que
16 nessa projeção atual o Orçamento pode fechar com um déficit. Isso consta às linhas 50, da
17 página 9, do Demonstrativo Orçamento - Receita e Despesa; sinaliza o déficit de R\$2,553
18 milhões. A Aeplan entende que esse montante é administrável e que deveriam continuar
19 monitorando a atividade econômica, a arrecadação do ICMS, verificando o que acontecerá em
20 maio, em função da data-base e, se necessário, na Segunda Revisão tomarão as medidas que a
21 situação exigir. O SENHOR PRESIDENTE coloca o assunto em discussão. O Conselheiro
22 DANIEL PEREIRA fará alguns comentários e, eventualmente, solicitará alguns
23 esclarecimentos. A primeira observação é decorrente da discussão que houve no último
24 Consu, que, de fato, nunca havia notado a pequena diferença que normalmente existe entre o
25 ICMS líquido e a aplicação do percentual, que o Sindicato apontou. Pergunta se não seria o
26 caso de reverem o número para, no futuro, eliminarem esse ruído. Sempre existe uma
27 diferença entre o previsto, mas o número é o mesmo. Sugere que no momento da Proposta já
28 fosse colocado o percentual correto. O SENHOR PRESIDENTE diz que o senhor Antonio
29 Félix pode explicar, mas tem a impressão que esse é o número da lei. O senhor ANTONIO
30 FÉLIX DUARTE diz que se prendem ao valor da Lei Orçamentária porque as operações
31 contábeis da Universidade são abertas a partir deste montante, e é necessário fechar o valor
32 com a lei orçamentária. A questão é legal. Não podem iniciar o Orçamento com um número
33 diferente da Lei Orçamentária. Talvez, para evitar o ruído na Universidade deversem fazer
34 isso, e nesta hipótese teriam de gerar outro documento para abrir as operações contábeis. Essa
35 questão da diferença entre o que o Estado aprova na lei e o que fazem para iniciar o
36 Orçamento é uma questão antiga. A impressão que teve naquela última reunião em que se
37 discutiu esse assunto é que pareceu uma novidade, mas isso ocorre em todos os orçamentos. O
38 Conselheiro DANIEL PEREIRA pergunta se não é o mesmo número. O senhor ANTONIO
39 FÉLIX DUARTE responde que não. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que são os
40 mesmo R\$78,729. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que essa é a previsão do

16 Expediente

1 Estado. Na Lei de Orçamento é citado até o último real da previsão. Quando o sistema calcula
2 o valor do orçamento dos órgãos do Estado ele não considera todas as casas decimais do
3 percentual de 2,1958%, gerando diferenças para as universidades que têm seu orçamento
4 vinculado a um percentual da arrecadação do ICMS; para os outros órgãos isso não importa.
5 O SENHOR PRESIDENTE diz que até a Secretaria da Fazenda faz a conta considerando as
6 três universidades. Por isso não é o número exato, embora na Proposta Orçamentária já
7 tenham o número e talvez pudessem informar; mas para cumprir a lei precisam abrir o
8 Orçamento com o número da lei. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que continua um
9 conflito entre esse número, e quando se multiplica pelo índice e não bate. O SENHOR
10 PRESIDENTE diz que para o consumo da Universidade, o número é o 2,1958% e o número
11 do Estado é 9,57%. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que a conta que eles fazem é a
12 seguinte: 9,57% sobre a arrecadação prevista de ICMS e depois distribuem proporcionalmente
13 entre as Universidades. Se eles aplicassem o percentual de 2,1958% para a Unicamp, quando
14 processassem o sistema, ficaria correto; mas eles calculam 9,57% e depois colocam x por
15 cento para a Unicamp, y por cento para a USP e o que resta é para a Unesp. As três sempre
16 ficam com diferença. Existe essa questão para ponderar. O SENHOR PRESIDENTE diz que a
17 sugestão é que se dê sempre essa explicação no momento da aprovação do Orçamento: dizer
18 que o cálculo, na conta aqui, é um pouco a mais ou menos e que isso aparecerá no ajuste da
19 Primeira Revisão. Isso para efeito de cumprir a lei, porque quando abrem o Orçamento no
20 primeiro dia útil, o abrem com o número da lei. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que a
21 informação Aeplan começa logo com uma boa notícia, que é o aumento de 3,22% e depois se
22 percebe que, na verdade, não é bem assim porque existe transferência de saldo, que é mais da
23 metade, e, na verdade, também havia os R\$17 milhões já previstos no acordo com o Banco do
24 Brasil. O SENHOR PRESIDENTE diz que isso é porque, na verdade, receberam R\$18
25 milhões a menos de ICMS. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que para precisão, na
26 informação Aeplan ficou faltando citar a receita de R\$17 milhões. Está na tabela 1, mas na
27 informação ficou faltando. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que o professor tem
28 razão. Irá fazer um ajuste para a pauta da CAD. O Conselheiro DANIEL PEREIRA pergunta
29 se na proposta que vai para a CAD vai se fazer como na vez anterior, item por item, para
30 saber quanto corresponde a mais para cada unidade. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE
31 diz que já foi feito isso. Na Terceira Revisão realizada em fevereiro, os R\$25 milhões estão
32 distribuídos por unidade. O SENHOR PRESIDENTE diz que é um crédito que vai ser
33 transferido para 2012. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que deve entrar no de 2012
34 agora. O SENHOR PRESIDENTE diz que já entrou no primeiro dia útil; só agora
35 demonstram, na Primeira Revisão, porque entrou depois do fechamento da Proposta
36 Orçamentária. O Conselheiro DANIEL PEREIRA com relação às Despesas, também tem
37 algumas observações e dúvidas. O professor Paulo tinha comentado na CAD que se referia, na
38 verdade, a 50% da reposição das vagas e aqui constam 25%. Gostaria de saber do que se trata.
39 O SENHOR PRESIDENTE responde que mudaram para não aumentar o déficit já nessa
40 Revisão. A proposta é que façam 25% agora e 25% na Segunda Revisão. A ideia é essa, assim

17 Expediente

1 como, eventualmente, uma solicitação que o Gabinete fez, de fazerem as reposições de
2 docentes, desconsiderando as aposentadorias compulsórias. Só que se gerarem agora, será um
3 déficit projetado para até o fim do ano, mas não precisam fazer agora, do ponto de vista de
4 crédito para as unidades; podem até fazer a reposição da metade, que é o cálculo que fizeram
5 do que é possível, que seria, em vez de 61, 122, mas isso não atrapalhará do ponto de vista do
6 andamento da Universidade. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que a última observação
7 dessa despesa é mais curiosidade, sabe que não vai ter jeito de esclarecer, porque são detalhes.
8 O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE afirma que sempre tem jeito de esclarecer. O
9 Conselheiro DANIEL PEREIRA diz tratar-se da questão dos ajustes e atualização da folha de
10 pagamento, é uma questão meio genérica e é um valor bem elevado. O senhor ANTONIO
11 FÉLIX DUARTE explica que isso já foi feito em momentos anteriores. Quando projetam
12 orçamento do ano posterior, isso é feito em agosto do ano anterior, nem sempre acertam.
13 Esses R\$2 milhões são em 12 meses e não em um mês. A projeção realizada para o ano de
14 2012 nesse momento identificou que é necessário aplicar R\$2,818 milhões a mais para 13
15 folhas. Na dimensão da estimativa de gastos de R\$1,5 bilhão, não se acerta com precisão.
16 Então, é isso – é uma diferença em 13 meses. Se dividirem isso por 13, se nota que não dá
17 muita coisa. O SENHOR PRESIDENTE diz que não se trata de número de pessoas, mas de
18 vantagens obtidas de um ano para o outro. Hoje já se sabe quais pessoas incorporaram
19 vantagens, como quinquênio, sexta parte etc, e esse ajuste que corresponde a R\$200 mil por
20 mês é decorrência desses detalhes. O Conselheiro DANIEL PEREIRA continuando nas
21 despesas, naquele grupo de Projetos Especiais que é onde há mais comentários e observações,
22 havia um quadro e esse quadro, na verdade, ficou praticamente a mesma coisa, de R\$104
23 milhões para R\$103 milhões, só que quando se analisa item por item fica um pouco confuso
24 para entender, porque a Reserva de Contingência, inicialmente, era R\$33 milhões, então
25 entraram R\$17 milhões como se fosse para lá, mas depois foi transferido para Pessoal, o que
26 dá, na verdade, R\$32,192 milhões. Só que, do jeito que ficou, continuam aqueles R\$33
27 milhões aprovados e aparentemente saiu mais coisa. Só para completar, tem esses novos
28 investimentos que foram aprovados após. Pode estar errado, mas a soma desses diversos
29 investimentos para essas várias unidades deveria crescer nessa linha e não aparece, ela
30 continua, na realidade, um pouco abaixo, R\$103 milhões; então isso ficou um pouco confuso.
31 O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE voltará ao assunto Reserva de Contingência. Na
32 Proposta Orçamentária ela era R\$33,817 milhões, e foi acrescida de R\$17 milhões, mais
33 R\$1,555 milhão. Então se não tivesse acontecido nada, a Reserva hoje seria de R\$52 milhões.
34 O SENHOR PRESIDENTE diz que em vez de entrar aqui e subir os R\$17 milhões, eles
35 foram direto para Reserva de Contingência. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que,
36 aparentemente, saiu mais. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que não. A Reserva
37 devia ser de R\$52,373 milhões, então cresceu R\$17 milhões mais R\$1,5 milhão. Saíram da
38 Reserva R\$32,192 milhões, e a nova Reserva hoje é de R\$20,181 milhões. O Conselheiro
39 DANIEL PEREIRA diz que é esse número que não bate na página 9; no total está a mesma
40 coisa. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que está falando só de um item dentro

18 Expediente

1 desse grupo Reserva de Contingência. Há vários itens dentro desse grupo que compõem
2 R\$104 milhões. Está falando de um, por enquanto, para depois falar dos demais. A nova
3 Reserva, hoje, é de R\$20,181 milhões. A diferença em relação à Reserva anterior de R\$33
4 milhões são R\$13 milhões a menos. Mas, por outro lado, houve autorizações que somam
5 R\$12,563 milhões. A diferença disso é o R\$1,074 milhão que está citando. Então, ela é menor
6 R\$1,074 milhão, diminuiu em R\$13 milhões, mas teve autorizações de R\$12 milhões, então é
7 R\$1 milhão de diferença. Esses investimentos aumentaram o gasto do grupo Projetos
8 Especiais. O SENHOR PRESIDENTE diz que qualquer despesa nova só pode sair da Reserva
9 de Contingência, a não ser que se economize em outro grupo e que se transfira o recurso. O
10 Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que é a primeira vez que
11 participa da reunião desta Comissão, então está meio perdido, apesar de no seu curso haver as
12 disciplinas de Contabilidade I e II. Estava tentando entender e queria um esclarecimento, além
13 do esclarecimento da pauta, gostaria de saber se é possível um esclarecimento sobre a súmula.
14 O SENHOR PRESIDENTE responde que o conselheiro pode perguntar o que quiser. O
15 Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que na pauta fala de auxílio-
16 social. Gostaria de saber quais são os auxílios sociais, se são todas as bolsas existentes. O
17 senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que fala em bolsa auxílio-social. Trata-se daquela
18 bolsa no valor de aproximadamente R\$800 e que agora passou para aproximadamente R\$900.
19 É a bolsa que foi ampliada em mais 150 bolsas/mês. O SENHOR PRESIDENTE diz que ao
20 longo do ano o SAE faz propostas de ampliação ou não, dependendo da demanda; então
21 houve uma demanda para aumentar 150 bolsas. Vai aparecer na revisão e no fechamento. O
22 Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que outra coisa que gostaria de
23 saber está mais direcionada para o orçamento das obras que vêm acompanhando no cotidiano.
24 Consta o valor do orçamento das obras que estão sendo realizadas no prédio da Reitoria, no
25 Ciclo Básico etc? O SENHOR PRESIDENTE responde que consta o valor de todas as obras.
26 O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA diz que não consta aqui. O
27 SENHOR PRESIDENTE diz que às vezes, e via de regra é assim, se demora meses, às vezes,
28 anos para contratar as obras; então, muitas dessas obras que estão em andamento, estão no
29 Orçamento de 2011 e talvez no de 2010. Quando se olha na placa da obra se vê – e no
30 processo também consta – quanto foi empenhado naquela obra; isso também aparece na
31 assinatura do contrato. Via de regra é mais do que estimaram inicialmente. Mas tudo está
32 registrado em algum lugar, inclusive as suplementações. E aqui é lei. É preciso fazer isso
33 porque o Tribunal de Contas olha cada uma das contas e não se pode fazer uma obra sem ter
34 recursos no Orçamento. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA pergunta
35 se o recurso só aparece no Orçamento quando a obra é finalizada. O SENHOR PRESIDENTE
36 responde que não. Por exemplo, para a obra que esta sendo realizada na frente deste prédio,
37 foram dedicados R\$700 mil. A licitação foi feita, ficou em R\$800 mil, o mais provável é que
38 os R\$700 mil constem do Orçamento de 2010, e os cerca de R\$100 mil para suplementar, no
39 Orçamento de 2011; em algum lugar consta a anotação. Nos orçamentos de 2009, 2010 e
40 2011 foram dedicados recursos que não foram poucos para término de obras, que ou eram

19

Expediente

1 obras que estavam paradas, ou suplementação de obras iniciadas, e que o recurso não era
2 suficiente. Então, isso foi feito nos exercícios de 2010 e 2011 para todas as obras – não tem
3 uma obra que não tenha recebido recurso para fazer a sua contratação integral. O Conselheiro
4 FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA gostaria de saber se há orçamento destinado para
5 a moradia estudantil e se ele está apresentado aqui. O SENHOR PRESIDENTE responde que
6 na proposta orçamentária há o Programa de Moradia Estudantil, destinado a manutenção da
7 Moradia e investimentos, que nesses últimos cinco anos foram destinados para reformar 250
8 casas. Neste ano foram aprovados R\$293 mil para manutenção, que são os contratos de
9 limpeza, de corte de grama, de água e luz, e mais R\$500 mil para obras e reformas. Nos anos
10 anteriores colocaram R\$1 milhão por ano e como havia um saldo de mais de R\$1 milhão no
11 final de 2011, só colocaram R\$500 mil, esperando que com o saldo que havia e mais a
12 dotação deste ano seria possível terminar as reformas. O Conselheiro FELIPE TANNUS
13 MOREIRA DA COSTA acerca daquele esclarecimento da súmula, percebeu que havia uma
14 verba que era direcionada para a FCA. A FCA foi um caso à parte, onde o orçamento era
15 separado e a partir deste ano as despesas estão inseridas no orçamento geral da Unicamp. É
16 isso? O SENHOR PRESIDENTE responde que sim. Este é o primeiro ano em que
17 incorporaram mais uma unidade de despesa no Orçamento da Unicamp. Foi possível fazer
18 isso, porque a projeção de arrecadação do Orçamento deste ano permitiu, sem tirar de outras
19 unidades. Nos quatro anos anteriores foi feito à parte, porque o Conselho Universitário
20 decidiu assim. Havia R\$50 milhões que foi repassado para construção, que ao longo dos anos
21 não foram desembolsados de uma vez, o que possibilitou fazer a manutenção da Unidade com
22 os rendimentos financeiros daquela dotação inicial. A partir de agora, também, como tinha
23 sido aprovado pelo Conselho Universitário, passou a fazer parte do Orçamento da Unicamp
24 como um todo. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA na súmula está
25 falando que a FCA não usou R\$200 mil e então voltou para a Unicamp. Queria entender por
26 que essa verba não foi usada. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que o caso do saldo
27 da FCA do ano passado foi tratado na revisão. Tratava-se de recursos para os quais a Unidade
28 não tinha despesa compromissada. No fechamento do orçamento de 2011 decidiram que ele
29 seria adicionado ao saldo que está aqui demonstrado no quadro: ele foi somado ao saldo de
30 R\$30,498 milhões, consta às páginas 9. Esse saldo que passou do ano passado para cá compõe
31 o saldo do orçamento geral. O Conselheiro FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA diz
32 que em relação ao investimento, houve aquela promessa pública do Governador sobre 0,05%
33 do ICMS paulista para a FCA. Gostaria que fosse esclarecido: se esse ICMS um dia chegou a
34 vir. O SENHOR PRESIDENTE responde que não, de fato, no último ano da gestão anterior
35 do atual Governador, o Secretário de Ciências e Tecnologia e o Governador, em discurso,
36 disseram que com a abertura do *Campus* haveria uma dotação, um acréscimo da cota-parte da
37 Unicamp. Mudou o Governador, e o Governador Serra logo nos primeiros meses disse que a
38 arrecadação de ICMS estava aumentando e que não havia necessidade de repassar. Isso
39 retardou do começo do ano até agosto a decisão da Unicamp de abrir ou não os cursos em
40 Limeira, cujas obras estavam adiantadas. O Conselho Universitário de agosto decidiu então,

20 Expediente

1 mesmo assim, que fariam a abertura da metade das vagas inicialmente previstas, eram 960 e
2 abririam 480, contando que mesmo se o aumento da cota-parte não viesse no futuro, poderiam
3 arcar com o custeio da Unidade. Na época fizeram uma conta, que não representaria mais do
4 que 1% do Orçamento da Unicamp. Nos anos seguintes, o Governador concluiu que se a
5 arrecadação do ICMS aumentou muito mais que 1%, não precisaria oferecer esse 1% ou
6 0,05% de cota de ICMS. Então, hoje podem ver que não gastaram 1% com a incorporação de
7 Limeira, gastaram aproximadamente 0,6%. Sem querer justificar o Governador, porque
8 voltaram a apresentar a mesma demanda – recursos para custeio e mais: recursos para novos
9 investimentos, que seria para terminar toda infraestrutura e a área esportiva. Fizeram uma
10 solicitação de crédito de R\$60 milhões que está sendo analisado pelo Governo; o Governador,
11 inclusive, demonstrou o desejo de visitar a FCA e, provavelmente, se visitar, espero que seja
12 uma oportunidade de ele anunciar o investimento. Todos os anos fazem a solicitação, não só
13 na LDO, como perante o Governador, perante a Secretaria de Planejamento; mas os
14 argumentos perderam força, na medida em que a arrecadação aumenta. O Conselheiro
15 FELIPE TANNUS MOREIRA DA COSTA solicita um esclarecimento sobre o transporte
16 aqui mencionado, se ele se refere ao transporte *intercampi* de Limeira. O SENHOR
17 PRESIDENTE responde que o aumento ainda não produz efeitos no primeiro trimestre,
18 porque isso foi decidido duas semanas atrás. Aumentaram duas viagens. Na próxima revisão,
19 a Aeplan fará a mesma conta, ou seja, que houve aumento da despesa de transporte em
20 Limeira. O Conselheiro VICENTE JOSÉ COSTA VALE solicita um esclarecimento com
21 relação ao grupo 1 – Pessoal. Existe a proposta de reposição de 25% das vagas (66
22 funcionários técnico-administrativos aposentados no regime Esunicamp) com recurso no valor
23 de R\$1,046 milhão. Deseja saber se o recurso pode ser considerado a partir de abril ou se será
24 durante o ano todo. Dentro dessa proposta, e como colocou o professor Daniel, se seria
25 possível manter os 50% das vagas, e na Segunda Revisão Orçamentária reavaliar. O
26 SENHOR PRESIDENTE responde que se trata de uma conta bastante detalhada. Esperam a
27 mesma coisa que a contratação de docentes; quando autorizam as contratações estimam que se
28 contrate 1/12 por mês no ano inteiro, se for por nove meses, 1/9 daquela despesa por mês;
29 então, ele é 1/9 agora, e chega ao fim do ano 9/9 da despesa que se fez. Nem sempre é assim,
30 porque da mesma forma que entra um, saem outros. Na verdade, isso é controlado mês a mês
31 na ponta do lápis. Se os concursos estão feitos, o diretor solicita o recurso, e o que fazem é
32 creditar 25% do estoque de estatutários. Pegará o IFGW como exemplo. Já haviam divulgado
33 os 50% e solicitou à DGRH que fizesse a correção. A DGRH vai passar para a Unidade um
34 valor em dinheiro; ela não vai determinar um número de vagas, porque vagas todas as
35 unidades têm. Então, se a unidade tem dez vagas autorizadas, vai receber metade dos recursos
36 para as dez e vai começar a contratar; se precisar mesmo, a Universidade admite e a unidade
37 entra num saldo negativo. O saldo negativo da unidade não quer dizer que a Universidade
38 esteja gastando mais, porque a Aeplan controla mês a mês com a folha e a PRDU não faz
39 mais do que o que tem de dinheiro para gastar com a folha, então ele é negativo naquela
40 unidade; mas a outra unidade não gastou o que tem, porque ela ainda não fez concurso. De

21 Expediente

1 forma que, no fim das contas, constatarão somente no fechamento do Orçamento quanto
2 gastaram e com quantos funcionários encerraram o ano. Poderiam colocar os 50% e aumentar
3 em vez de R\$1,046 milhão, R\$2,08 milhões e o déficit em vez de R\$2 milhões, seria R\$3,4
4 milhões. Mas se a situação ficar muito ruim seguram os 25%. A ideia é fazer a reposição do
5 estoque de estatutários, porque isso foi um conjunto de servidores que as unidades já tiveram
6 e deixaram de ter. As unidades mais antigas têm mais servidores estatutários; quase metade do
7 quadro dos servidores ainda é estatutário e isso vai continuar por mais alguns anos. O que vai
8 aliviar agora é que essa história da SPPrev parece que comprometerá menos a Universidade
9 para o futuro, então, provavelmente contratarão os próximos servidores como estatutários,
10 porque é indiferente para o servidor e para a Unicamp os encargos serão menores onerando
11 menos a folha. Então, talvez possam repor o quadro mais rapidamente, mas tudo isso depende
12 da arrecadação. Este ano não sabem. Tem R\$18 milhões a menos no caixa. O Conselheiro
13 VICENTE JOSÉ COSTA diz ser uma pena que a Reserva de Contingência tenha se reduzido
14 nesse período. O SENHOR PRESIDENTE diz que nos anos anteriores não havia nada de
15 Reserva de Contingência e foi feito. E o comprometimento está em aproximadamente 87%, só
16 que ele ainda é um comprometimento só contabilizando três ou quatro meses. Esse
17 comprometimento, se não derem reajuste, vai chegar ao final do ano com menos de 85%.
18 Então, fazem simulações do que irão arrecadar e do que irão gastar com diferentes índices de
19 reajuste. Não é novidade nenhuma não ter recursos na Reserva de Contingência, porque ajuda
20 quando tem, mas também não vão parar a Universidade por causa disso. O Conselheiro
21 VICENTE JOSÉ COSTA VALE pergunta se diante desse quadro podem esperar uma
22 recuperação salarial. O SENHOR PRESIDENTE responde que é o desejo da Administração,
23 mas a inflação está caindo e a arrecadação também. Pode parecer um negócio meio perverso,
24 mas quando se tem inflação, a arrecadação aumenta em termos nominais. A inflação está em
25 4,14% nos últimos 12 meses. A ideia é recuperar o salário. O Conselheiro PAULO SÉRGIO
26 SARAN diz que a verba para o Cotel é de R\$2,800 mil, metade é 25%, R\$1,400 mil, então
27 não dá para contratar um servidor nível médio. O SENHOR PRESIDENTE responde que é
28 preciso olhar caso a caso. Se o recurso é pelo menos a metade do que é necessário para
29 contratar mais um servidor, contratam. Às vezes, mesmo sem verba, atendem, se é um lugar
30 que não tem como repor. Mas tudo olhando para o conjunto das despesas de pessoal. Nesses
31 últimos anos não realizaram fração, tudo que era fração completaram para um acima. E com
32 isso aumentaram de 30% para 40% a reposição do estoque, porque repuseram um inteiro onde
33 só havia uma fração de aposentado: onde tinha 1,5 colocaram 2. Este ano não vai acontecer
34 isso, irão repassar o recurso. Se a unidade vier com a demanda e a justificativa, então irão
35 suplementar. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN pergunta se usar uma parte da
36 segunda vaga, o que acontece. O SENHOR PRESIDENTE diz que fica negativo. O
37 Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que sobraria. Pergunta se tem como usar esse
38 dinheiro. O SENHOR PRESIDENTE responde que não, porque esse vai compensar aquele
39 que usou para ficar negativo. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN pergunta se ficaria
40 para somar em uma próxima contratação. O SENHOR PRESIDENTE diz que pode ficar para

22 Expediente

1 somar. A conta agora não é mais baseada em quantidade de vagas, mas sim em
2 disponibilidade de recursos. Se houver aposentadoria de celetistas, falecimento, demissões, a
3 unidade vai ser ressarcida em dinheiro da referência inicial do segmento que o funcionário
4 saiu. O estatutário não desonera e isso é uma despesa nova, igual à de docente, fato que gera
5 nova despesa. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete a matéria
6 à apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Cláudia
7 Masliaev, redigi a presente Súmula que será submetida à apreciação dos Senhores Membros
8 da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 26 de abril de
9 2012.

23

Expediente

1 **SÚMULA DA ATA DA CENTÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO**
2 **E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos catorze dias do mês de junho
3 do ano de dois mil e doze, às quinze horas, reuniu-se na sala de reuniões do Conselho
4 Universitário a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor
5 ROBERTO RODRIGUES PAES, com a presença dos seguintes membros: Daniel Pereira,
6 Fernando Sarti, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo Sérgio Saran, Rodnei Bertazzoli, Sylla John
7 Lerro Taves e Vicente José Costa Vale. Esteve também presente à reunião o senhor Antonio
8 Félix Duarte, Assessor de Economia e Planejamento. Havendo quórum, o SENHOR
9 PRESIDENTE dá início à reunião, agradecendo a presença de todos. Diz que o assunto que
10 está em pauta é objeto do Proc. nº 01-P-3998/12, e trata de autorização para aquisição de uma
11 área para a Universidade. O senhor Reitor criou um grupo de trabalho para estudar o assunto e
12 foi ao Conselho Universitário para apreciação. Houve reflexões, discussões e sugestões que
13 sinalizaram para algumas necessidades, entre elas a de um debate maior na Universidade. Isso
14 tem sido feito em algumas unidades. E outra indicação do Conselho Universitário é que essa
15 matéria deveria ser remetida à COP para uma discussão mais aprofundada. Imediatamente foi
16 decidido acatar e a matéria aqui está para as reflexões e discussões que julgarem necessárias.
17 O principal objetivo da reunião é emitir um parecer desta comissão acerca da eventual
18 aquisição de compra da gleba. Portanto, pensa que essa discussão poderá ser balizada por três
19 pontos que estão bastante claros na pauta. O primeiro é um parecer do grupo de trabalho, que
20 está bastante claro e muito bem organizado, desde a entrada desse assunto na Universidade,
21 no início do mês de maio. Outro balizador dessas discussões refere-se à manifestação da
22 Procuradoria Geral, que se manifesta com relação aos procedimentos adotados para a eventual
23 compra. E, por último, o terceiro ponto a destacar refere-se à sugestão da Aeplan, indicando
24 os recursos. Diante disso, coloca em discussão o assunto. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
25 antes de qualquer coisa, cumprimenta o professor Roberto pela presidência de sua primeira
26 reunião da COP. Acha excelente que possam discutir investimentos, é muito mais agradável
27 do que contingenciamentos. Por outro lado, significa também que quando se fala em
28 investimentos as questões de prioridades também fazem parte da discussão. E esse assunto
29 teve um pouco de discussão no Consu e foi remetido a outras instâncias, em particular à COP.
30 Encontram-se, de forma inédita, em uma reunião de COP fora do mês de dezembro para
31 discutir orçamento, além de patrimônio; na verdade, essas duas questões estão associadas a
32 esse item. Felizmente existem recursos que eventualmente podem ser utilizados para a
33 aquisição desse patrimônio, o que é muito positivo. Quando se fala em investimentos e
34 prioridades é óbvio que surgem diferentes opiniões e, eventualmente, algumas contraditórias,
35 mas acha que, em havendo argumentos e justificativas, todas são pertinentes e podem ser
36 ponderadas. Considerando a possibilidade de aquisição dessa gleba em termos de perspectiva
37 futura e de estratégias de expansão da Universidade, de inserção no polo tecnológico, de
38 oportunidade, de logística etc., acredita que é muito pouco provável que tenham argumentos
39 contrários à aquisição. Inclui-se no grupo das pessoas que têm essa visão, em termos de
40 perspectiva no longo prazo. Por outro lado, reconhece que até pouco tempo tiveram poucas

24 Expediente

1 oportunidades de investimentos, em particular em questões de infraestrutura no *Campus*. Sabe
2 que existem argumentos, demandas e necessidades associadas a recursos que teriam
3 dificuldades de serem atendidos. Tem também a questão de para onde expandir, se aqui ou em
4 outros lugares. É extremamente complexa a discussão e acha que por isso foi muito bom
5 terem a oportunidade de discutir mais. Sua tentativa de reflexão seria tentar, de alguma forma,
6 conciliar ou equilibrar essas duas questões. Fica à vontade para votar favoravelmente à
7 aquisição por várias considerações, mas ficaria muito mais à vontade se conseguissem, de
8 alguma forma, em paralelo ou a partir dessa discussão, terem uma sinalização de algo mais
9 efetivo do ponto de vista dessas outras necessidades. Solicita licença para continuar falando
10 um pouco mais sobre esse aspecto. Existe um programa de recuperação predial que foi
11 implantado há dois anos que acha excelente. Por outro lado, existem dois aspectos que acha
12 que poderiam ser aprimorados e, de repente, a oportunidade é esta, de discutirem
13 investimentos. Esse programa está associado ao tamanho das unidades e à sua idade, o que
14 são fatores importantes, mas também podem não ser os mais importantes do ponto de vista de
15 emergência. Outra limitação desse programa é o montante colocado. No primeiro ano acredita
16 ter sido R\$2 ou R\$3 milhões e no último Orçamento, participou da discussão, fez
17 encaminhamentos distintos do encaminhamento inicial da Aeplan e o montante subiu para
18 R\$6 milhões. O professor Paulo Eduardo e o próprio senhor Antonio Félix, nas justificativas
19 do porquê desses limites explicaram o argumento, mas fica um pouco incomodado com ele:
20 que as unidades não estavam conseguindo utilizar. Então, para que colocar mais se elas não
21 estão usando? Não gosta muito desse argumento. Prefere utilizar outra visão, de que existem
22 certas necessidades das unidades que estão muito acima daquele valor. Às vezes ela não
23 consegue fazer nada com aquele recurso, porque teve de esperar três ou quatro anos para
24 juntar mais e fazer algo com a soma do recurso. Outra limitação das unidades é que para
25 pequenas ações emergenciais a implementação das licitações é extremamente lenta e dificulta
26 o uso. Por outro lado, neste ano, pela primeira vez em dezembro e agora na revisão
27 orçamentária foi possível contemplar algumas necessidades das unidades. Lembra que na
28 reunião de dezembro havia um item com várias unidades contempladas e dentre elas aquele
29 prédio novo para pós-graduação e pesquisa. Daquele pacote, que acredita que estavam
30 destinados R\$11,5 milhões, R\$9 milhões eram para as unidades. Na revisão orçamentária
31 outras necessidades das unidades também foram contempladas, o valor foi duplicado, subiu
32 para cerca de R\$18 milhões. Daqueles R\$6 milhões iniciais, que foram regateados em forma
33 de planilha, acabaram virando mais R\$19 milhões, só que com ações pontuais. Não tem
34 nenhuma dúvida que todos os contemplados tinham justificativas para convencer o pró-reitor
35 e a Administração. Mas se pudessem dar um passo avante nessa direção para melhor
36 institucionalizar um programa já existente, seria desejável. Se tivessem um planejamento
37 liderado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário de levantar demandas sobre
38 recuperação de infraestrutura predial das unidades de ensino e pesquisa, através de um
39 relatório técnico da Coordenadoria de Projetos – Ceproj, que pudesse sinalizar para a PRDU
40 que sugeriria investimentos prioritários ao longo dos próximos anos e que isso balizasse as

25 Expediente

1 discussões da COP e do Consu, seria algo muito importante. E, como falou no início, ficaria
2 muito mais à vontade de apoiar a aquisição desse terreno tendo isso sendo discutido ou
3 apoiado. Depois os colegas irão se manifestar, mas quer tentar sensibilizá-los, e se não
4 conseguir, ficaria só sua manifestação no parecer da COP. Mas o seu voto seria no sentido de
5 apoiar, reconhecer a importância, a oportunidade e a ação estratégica que essa aquisição pode
6 ter para a Universidade; e teria o segundo ponto que seria uma recomendação da COP que o
7 Consu considerasse a aprovação desse procedimento que levantou. O Senhor ANTONIO
8 FÉLIX DUARTE diz que não irá se estender muito em relação a esse assunto, mas irá fazer
9 algumas observações sobre a questão do Programa de Manutenção Predial – PMP, que foi
10 concebido, inicialmente, para atender a essas demandas iniciais das unidades, pequenas
11 reformas e manutenções, que quando de sua criação não havia um recurso direcionado para
12 isso. O Programa foi criado no sentido de atender a uma demanda dos diretores que
13 apresentavam pedidos de pequena dimensão, e que era reconhecidamente necessário que
14 houvesse recursos para essa finalidade. O PMP foi baseado em um programa da USP que leva
15 em conta os indicadores aqui mencionados, ou seja, área, utilização e idade dos prédios. E, de
16 fato, a partir deste ano, ele sofreu um aporte adicional, foi inclusive o professor Daniel que
17 sugeriu isso na proposta de distribuição orçamentária, passando então para R\$6,5 milhões
18 neste ano. A execução desses recursos continua lenta, e não está culpando as unidades por
19 isso, está dizendo que, de fato, ela é lenta, então, de certa forma, por enquanto, não
20 conseguiram ainda dispor de um mecanismo para fazer com que isso funcione de forma mais
21 ágil. Quer dizer, existe o recurso alocado às unidades, sabe que algumas estão armazenando
22 esse dinheiro talvez para um investimento mais forte, mas, no geral, do ponto de vista de
23 execução é lento. Isso é um fato. Com relação à questão de terem mais informações para
24 enriquecer o PMP, acha uma boa iniciativa. Porém, entende que esse é um assunto que
25 deveriam pensar adiante. Irão tratar dessa questão no Orçamento de 2013 e na Segunda
26 Revisão em breve, e nem está preparado para fazer esse tipo de discussão hoje. O SENHOR
27 PRESIDENTE diz que gostaria de enxergar essa colocação do professor Daniel com o olhar
28 de diretor de unidade. Acha relevante continuarem essa discussão. Na Prefeitura teve a
29 oportunidade de conversar com alguns diretores sobre como utilizar esses recursos, e
30 percebeu como às vezes é difícil. Talvez esses indicativos devam ser revistos, porque pode
31 haver uma urgência que não está prevista, por exemplo, que está naquela fórmula de tempo,
32 de ano etc. Podem assumir o compromisso de voltar a discutir melhor esse projeto. Achou a
33 fala do professor Daniel importante quando ele comentou que é melhor institucionalizar um
34 programa que já existe. Acredita que isso deve ser permanente, porque nunca terão um
35 programa absolutamente fechado, terminado. Essa discussão deve ser permanente. O
36 Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que fará uma manifestação a favor da aquisição, até
37 porque fez parte da comissão, que teve acesso aos laudos periciais, a todo o levantamento de
38 custos realizado na região. O interessante é que a Unicamp cresceu, ela foi fundada e cresceu
39 baseada em audácia e coragem, e ninguém tem dúvida de que isso deu certo ao longo do
40 tempo. Acredita que chegou o momento em que terão de continuar com um pouco de audácia

26 Expediente

1 e coragem, mas acrescentando um pouco de prudência nisso. E prudência, nesse momento,
2 considera que é justamente fazer a aquisição dessa gleba, porque terão quase uma obrigação
3 com as gerações futuras ou com essa renovação que a Universidade está tendo. Não está
4 preocupado, como já foi levantado inclusive no Conselho Universitário, com como será
5 ocupado. Isso é exatamente aquilo que não podem fazer no momento; é preciso deixar que a
6 área seja, de fato, ocupada no futuro, atendendo às necessidades de expansão de ensino e
7 pesquisa, enfim, novos cursos e coisas do tipo. Nesse sentido, evidentemente, é que é
8 favorável à aquisição da gleba, e por todas as outras razões também colocadas pelo professor
9 Daniel. E endossando a questão da discussão sobre prioridades de investimento, acrescentaria,
10 inclusive, que além desse programa de manutenção predial, de quando em quando as pró-
11 reitorias, tanto de pós-graduação quanto de graduação, abrem editais que são,
12 fundamentalmente, uma superposição daquilo que já é feito em manutenção predial. Esses
13 editais são no sentido de melhorias do espaço de graduação e do espaço da pós-graduação.
14 Para fazer projeto, entrar no edital, é preciso movimentar muitas pessoas, exige trabalho, e o
15 recurso existe. Entende a preocupação das pró-reitorias no sentido da verba ou de contemplar
16 projetos mais bem justificados, mas o recurso existe. Não vê a razão por que não podem usar
17 e talvez aperfeiçoar os indicadores que geraram os valores do programa de manutenção
18 predial e acrescentar isso, porque, fundamentalmente é a mesma coisa; o que estão fazendo é
19 manutenção predial com esses recursos da pós-graduação. É claro que têm, eventualmente,
20 alguma facilidade a mais de comprar material permanente, de informática e coisas do tipo.
21 Seria interessante se pudessem unificar essas coisas, seria mais simples para as unidades
22 incorporar isso tudo em um mesmo programa, usando os indicadores de manutenção predial
23 que já existem. Para encerrar, diria que nessa questão da facilidade de usar ou não o dinheiro
24 – o próprio senhor Antonio Félix falou que não culpa as unidades –, existe um setor de
25 compras e finanças na FEM muito bem organizado e, eventualmente pagam alguns dos
26 projetos que fazem para manutenção predial com recursos extraorçamentários, para poder
27 montar o processo e mandar para a Administração. As coisas não estão funcionando de forma
28 lenta no nível das unidades; é preciso acompanhar como é que estão esses processos até
29 chegar à fase licitatória. Às vezes pequenas coisas acontecem no meio do caminho, como, por
30 exemplo, pareceres ou exigências da PG, CPO ou DGA que são conflitantes, que são
31 obrigados a fazer acareação, marcar reunião, chamar alguém da PG, da DGA ou da CPO, por
32 exemplo, para poder fazer a coisa andar; existem pequenos conflitos que acabam dificultando
33 o processo. Isso foi só uma observação. Evidentemente, se a questão dependesse somente da
34 unidade, que pudesse enviar à DGA para o processo licitatório, seria bastante rápido. O
35 problema é o que existe no meio do caminho. Essa é uma questão importante. Esse assunto
36 não tem nada a ver com a discussão que estão tendo agora. Voltando ao assunto, é favorável à
37 aquisição da gleba. A Conselheira MARIA SILVIA VICCARI GATTI se manifesta
38 favoravelmente à aquisição do terreno, porque, como já se colocou em outros momentos, a
39 Universidade é perene; daqui a cem ou duzentos anos ela vai existir e espera que continue
40 crescendo. Mas até agora não viu ninguém perguntando qual seria o impacto dessa aquisição

27 Expediente

1 em curto e médio prazo. Entende as questões que o professor Daniel colocou e todas as
2 unidades vivenciam, de ter o dinheiro e não conseguir executar; outras vezes observam
3 execuções que não têm qualidade. Então, fica preocupada porque pensa que se agem bem
4 agora precisarão de poucos recursos depois. Dá como exemplo a FCA nesse aspecto. Pergunta
5 ao senhor Antonio Félix o quanto ele acredita que a Unicamp deixará de crescer, no ritmo que
6 ela tem crescido hoje, com a aquisição desse terreno. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE
7 diz que se entendeu bem a pergunta, em outras palavras, o quanto a Unicamp cresceria se o
8 dinheiro se mantivesse aqui. Falará um pouco dos recursos, os R\$155 milhões. Esses recursos
9 em nada afetam a execução normal do orçamento, seja ele deste orçamento ou do próximo,
10 como não afetou a execução dos orçamentos anteriores; o recurso ficou reservado em uma
11 conta específica, não se misturando com os demais recursos da Universidade. O rendimento
12 financeiro gerado por ele também não foi utilizado pela Universidade, para qualquer outro
13 investimento ou atividade de custeio. Tanto o valor nominal como os investimentos desses
14 recursos não contribuíram em nada, por enquanto, para o andamento e para o crescimento da
15 Universidade; ela vem crescendo com o orçamento analisado e aprovado ano a ano, e isso
16 continuará sendo feito daqui para frente. Não sabe se respondeu a questão da professora
17 Silvia. É claro que terão algumas despesas depois com urbanização e com outras questões,
18 mas isso é futuro e será tratado em cada orçamento que irão discutir, do mesmo modo que
19 tratam todas as outras questões; se há possibilidade de fazer, farão com a velocidade que
20 puderem. A Conselheira MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que talvez fosse interessante
21 não só a discussão sobre o que o professor Daniel colocou, mas como a Universidade
22 pensaria, a cada ano, no investimento nesse novo terreno. Porque se adquirem um terreno
23 apenas para dizer que podem expandir e se não começarem a planejar essa expansão – e essa
24 expansão pode ser planejada agora, para que ela venha a acontecer daqui a cinco ou dez anos
25 – acha que seria interessante que definissem isso também agora. Quer dizer, nos próximos
26 orçamentos que pensassem como é que irão começar a investir, para que lá não seja um lugar
27 onde não se estabeleça a Unicamp porque irão ficar se restringindo ao que existe aqui hoje.
28 Acha isso pequeno; acredita que se pensarem que irão ficar aqui nesta área e não começarem
29 a planejar a nova área nos próximos orçamentos, estarão perdendo tempo com as próximas
30 gerações. Então pensa: devem pensar em mais número de vagas? Sim. Existem cursos
31 demandando criação de unidades e sabem disso. Seria interessante que isso também fosse
32 pensado; pensar no que existe, mas pensar em uma forma de começarem a planejar esse lugar,
33 planejar ocupação efetiva que seja, inicialmente com infraestrutura, para que não fiquem com
34 isso como um sonho ou como algo que um dia vai acontecer. Podem definir que esse
35 momento seja anterior à saída do professor Sarti daqui, que é o diretor mais novo aqui na
36 COP. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que a professora tem toda razão. Acha que
37 devem, realmente, pensar nisso nos próximos orçamentos e sugere que seja na Copei, onde se
38 destine o planejamento estratégico. E depois, seguirá pelo caminho natural: COP, CAD e
39 Consu. O Conselheiro SYLLA JOHN LERRO TAVES manifesta-se, também,
40 favoravelmente à aquisição, mas tem dúvidas quanto ao formato. Comentou na Segunda

28 Expediente

1 Reunião Extraordinária do Conselho Universitário sobre a possibilidade de desapropriação e o
2 professor Paulo Eduardo disse que o próprio proprietário tem interesse nela porque ele
3 receberia um valor maior pelo terreno, já que no ato da desapropriação ele seria isento de
4 imposto de renda. Por outro lado, se partirem para a desapropriação, o recurso não sairia
5 imediatamente do orçamento da Universidade. Sua questão é com relação a isso, se é uma
6 possibilidade, por que não está sendo pensada nesse momento. Pergunta se isso seria
7 parcelado, e como seria o processo. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE irá falar um
8 pouco sobre a experiência da Unicamp com o assunto desapropriação, porque houve na
9 Universidade, acredita que três grandes processos de desapropriação: dois em favor de uma
10 pessoa chamada Jandira Pamplona de Oliveira, que foi proprietária de uma área próxima da
11 PUC-Campinas. Falará da área da dona Jandira, que é de maior dimensão. No ano passado
12 apresentaram aqui na COP uma despesa relativa ao pagamento de juros de mora de uma ação
13 de desapropriação, cujo pedido original eram dois processos – um de 1971 e outro de 1979.
14 Essa ação custou para a Universidade, no ano passado, R\$48 milhões. Esse era o preço que a
15 Universidade teria de pagar à vista, só em função de juros e correção monetária. Houve um
16 processo de negociação e conseguiram pagar com 50% de desconto. Isso fez parte da revisão
17 orçamentária, passou pela COP, CAD e Consu, pagaram R\$24 milhões e encerraram um
18 assunto que vinha pendente desde a década de 1990. Pendente porque na década de 1990,
19 quando receberam os dois precatórios, foi um momento em que a Universidade vivia uma
20 grande dificuldade orçamentária, havendo na época uma decisão administrativa de pagar o
21 precatório sem correção monetária, pelo seu valor nominal. Foi pago dessa forma e isso gerou
22 novos precatórios que se concluíram agora. A experiência da Universidade com
23 desapropriação é que ela custa caro. Haverá uma avaliação do terreno e eventualmente um
24 processo na Justiça, no momento de pagar, quando o precatório chegar, irão pagar com juros e
25 correção monetária. A segunda questão é que o Estado não os ajudou com nenhum recurso
26 para pagar a desapropriação; ela correu à conta dos 2,1958% da cota-parte de ICMS. Não
27 ajudou e não ajudará. A experiência com desapropriação é essa, ela tem um custo elevado e o
28 Estado não vai contribuir. O SENHOR PRESIDENTE gostaria de retomar um pouco a fala da
29 professora Silvia e dizer que também concorda com a necessidade de um planejamento. Com
30 sua experiência, nesses anos à frente da Prefeitura, tiveram muita dificuldade de lidar com
31 este *Campus*, exatamente porque no passado faltaram ações no sentido de melhor planejá-lo.
32 Hoje a Universidade tem uma série de dificuldades, uma série de desafios difíceis de serem
33 enfrentados por conta da falta de planejamento. Então, se associa a essa preocupação da
34 professora Silvia. E mais do que isso, devem discutir a questão na COP e na Copei, dar um
35 tratamento especial e buscar até discussões externas de como fazer isso da melhor maneira
36 possível. Essa questão, como passo seguinte, é um compromisso importante. Com relação à
37 desapropriação, consulta o senhor Antonio Félix se foi feita uma negociação e foi a terceira
38 vez que a Universidade pagou pela mesma conta. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE
39 esclarece que não foi exatamente a terceira vez. Quando receberam os precatórios, por volta
40 de 1994, pagaram somente o principal, sem juros e correção monetária, porque não havia

29 Expediente

1 como pagar integralmente; então, fizeram esse negócio sabendo que isso seria uma nova conta
2 a ser apresentada para a Universidade em algum momento. Ela foi apresentada novamente em
3 2011. Então, foi um negócio que fizeram, conscientemente naquele momento, porque não
4 havia como fazer de maneira diferente; mas surgiu agora um segundo precatório que cobrou a
5 parte de juros e correção. O SENHOR PRESIDENTE pergunta se foi o segundo precatório. O
6 Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que ele foi consequência do não pagamento integral
7 no momento que foi apresentado o primeiro precatório. O Conselheiro FERNANDO SARTI
8 em primeiro lugar, dá as boas vindas ao professor Roberto. Diz que desde já irá manifestar
9 seu voto: é favorável à compra do terreno. Mas, assim como o professor Daniel e a professora
10 Silvia, tem algumas questões, porque, certamente, todos devem ter vivenciado cobranças dos
11 colegas. Como diretor de unidade também sentiu essa cobrança, porque existe sempre a ideia
12 de investimento *versus* custeio, mesmo pensando em termos de investimento, qual seria a
13 prioridade desse investimento. E, desse ponto, muitas vezes lhe faltaram alguns elementos
14 para prestar esclarecimento à sua própria comunidade e a alguns colegas. Então, sua
15 manifestação vai muito mais em direção de ter algumas informações adicionais, até para
16 justificar uma decisão estratégica. Muitas vezes são obrigados a assumir riscos, a adotar
17 posição de estadistas, olhando para o futuro, sem ter total clareza sobre como será. Mas uma
18 oportunidade como essa, realmente, não se pode perder. Tem algumas questões que tem
19 dificuldade de entender. Assumiram uma dívida com a SPPrev de R\$822 milhões. Por outro
20 lado, já pagaram algumas aposentadorias. Não? Então, gostaria de esclarecimentos sobre
21 como colocarão essa dívida no orçamento daqui para frente. Outra questão diz respeito à
22 reserva previdenciária cujo valor era de R\$90 milhões alguns anos atrás, e chegou ao valor de
23 R\$155 milhões, atualizado por um índice de aplicação financeira. Gostaria de saber qual foi
24 exatamente esse índice, porque lhe perguntaram e não conseguiu identificar. Outra questão
25 que também foi muito cobrada é que como estão fazendo um investimento de R\$155 milhões
26 e não sabe exatamente qual a legislação vigente para uma instituição pública, mas imagina,
27 pelo padrão de Campinas, que se cobre de um terreno cerca de 4% de Imposto sobre a
28 Propriedade Territorial Rural – ITR, e pensa que nessa região seja cobrado o Imposto Predial
29 e Territorial Urbano – IPTU. Se for ITR, certamente o valor será mais baixo. Não é área
30 urbana, é ITR ainda. Pergunta se já existe alguma avaliação de qual o custo do ITR. Eram
31 basicamente essas questões. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que, sobre o acordo
32 que a Unicamp fez com a SPPrev, ele é resultante do Artigo 28, da Lei 1010, de 1º de junho
33 de 2007, que criou a SPPrev. Desde a sua criação até meados de 2008, ficaram aguardando a
34 SPPrev se estruturar. Na pauta há um documento que demonstra que no ano de 2008 fizeram a
35 reserva previdenciária somente até outubro, diferentemente dos anos anteriores. Isso
36 aconteceu porque, em outubro, tiveram a primeira sinalização da SPPrev que era possível
37 iniciar as negociações sobre o acordo, com indícios positivos de realizá-lo efetivamente.
38 Então decidiram suspender a reserva previdenciária, porque não havia mais necessidade.
39 Entre outubro de 2008 e novembro de 2011 (que foi quando, de fato, assinaram o acordo),
40 houve um longo processo de negociação, foi criado um grupo de trabalho das três

30 Expediente

1 universidades, fizeram o encontro de contas e, para surpresa, a SPPrev não sabia exatamente o
2 quanto a Unicamp devia. Então, fizeram novamente as contas e forneceram a eles os dados,
3 que foram aprovados integralmente; fizeram a correção conforme está explicitado, e
4 chegaram ao valor de cerca de R\$822 milhões que está indicado na cláusula 1ª do acordo.
5 Esse era o montante da dívida naquele momento e ela é relativa ao período mencionado –
6 março a dezembro de 1991, julho a dezembro de 1994 e de junho de 1997 a junho de 2007;
7 esse é o período em que a Unicamp deixou de repassar ao extinto Ipesp os 6% relativos à
8 cota-patronal. Também foi uma decisão das três universidades, não foi uma decisão unilateral
9 da Unicamp. No Cruesp, em algum momento do passado, decidiram, juntos, que as
10 universidades não iriam mais repassar ao Ipesp os 6% patronal, porque isso não contribuía em
11 nada para pagar a folha de aposentados, que é paga por conta da cota-parte do ICMS das
12 universidades. O Conselheiro FERNANDO SARTI pergunta se para esses três períodos. O
13 Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE responde que sim. A dívida é relativa à cota-patronal da
14 Universidade, relativa a esse período que está mencionado e somava, naquele momento que
15 assinaram o acordo, cerca de R\$822 milhões. Agora explicará em que o acordo está baseado.
16 Como a SPPrev foi criada a partir de 1º de junho de 2007, a partir daí também se alterou a
17 forma de contribuição, tanto patronal, como funcional. A Unicamp passou a contribuir com
18 22% de cota patronal e os funcionários com 11% e a diferença necessária para cobrirem o
19 valor da folha de aposentados chamou-se, então, de insuficiência financeira. Somam-se os
20 22% da cota patronal e os 11% dos servidores e o que falta para igualar a despesa da folha de
21 aposentados deu-se o nome de insuficiência financeira – essa nomenclatura consta, inclusive,
22 da lei de criação. A própria lei de criação da SPPrev, em seu Artigo 28, diz que as eventuais
23 dívidas existentes no Estado com o Ipesp serão negociadas, a partir da lei, em dez anos,
24 mediante a utilização da insuficiência financeira que cada órgão tiver. De fato, a negociação
25 se deu em um cenário em que ela não gerou nenhum custo adicional para a Universidade,
26 porque se não tivessem nenhuma dívida com o Ipesp, não teriam nem feito o acordo; como
27 havia uma dívida, também não desembolsaram nada por ela, porque ela está sendo amortizada
28 à conta da insuficiência financeira. Outra questão é que no momento em que assinaram o
29 acordo, em novembro de 2011, imediatamente amortizaram tudo que já tinham passado à
30 conta de insuficiência entre novembro e a data de criação da lei; então, imediatamente
31 amortizaram 66% da dívida, que são os R\$544 milhões que estão mencionados na cláusula 4ª.
32 E, por último, o prazo para pagamento da dívida é de dez anos a partir da lei, ou seja, 2017.
33 Então, as insuficiências financeiras que são calculadas todos os meses vão amortizando a
34 dívida. Os cálculos da Aeplan sinalizam que irão terminar de pagar a dívida em 2015, ou seja,
35 antes inclusive do prazo final. Então, é esse o cenário de como foi feito o acordo e qual foi o
36 entendimento; ele não trouxe nenhum ônus adicional e não trará. O segundo item que o
37 professor Sarti levantou que é o item relativo à aplicação financeira, de fato, não vai encontrá-
38 lo. Esse índice é variável, não é um índice fixo. Como consta às folhas 23, enviou para a área
39 de finanças o fluxo da reserva previdenciária, quer dizer, como ela se compôs em termos
40 nominais em cada ano – 2006, 2007 e 2008 –, e ela foi buscar no seu histórico qual foi o

31

Expediente

1 rendimento que a Unicamp teve para um recurso dessa dimensão naquele momento. Ele é
2 variável em todos os pontos, não dá para encontrar um índice fixo. O somatório dos
3 rendimentos disso resulta em R\$155 milhões no último dia de maio. Sua intenção até a
4 formalização do negócio é que esse valor aumente um pouco mais, porque o dinheiro continua
5 aplicado. Depois da formalização do negócio, trarão para a COP a diferença que vai ser
6 analisada em alguma revisão. Entrará como receita talvez na Segunda Revisão, se o negócio
7 for, de fato, efetuado. Era isso que havia imaginado. Por exemplo, se realizassem o negócio
8 hoje, têm R\$155 milhões e a gleba custa R\$150 milhões; na próxima revisão gostaria de
9 inserir na receita de orçamento mais R\$5 milhões, que é a diferença que está sendo apontada
10 aqui. Por último, sobre a questão do ITR, não tem ainda nenhuma avaliação sobre ele. O
11 Conselheiro VICENTE JOSÉ COSTA VALE, inicialmente, deseja sucesso ao professor
12 Roberto nessa empreitada como Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário. Colocará
13 algumas questões que já teve oportunidade de comentar no Consu Extraordinário do último
14 dia 05 de junho, e reforça sua posição favorável quanto à aquisição do terreno, tendo em vista
15 a questão estratégica da Universidade pensando no futuro. Uma questão que considera
16 importante diz respeito a uma consulta que fez informalmente com os funcionários, onde
17 percebeu que 70% deles entendem que é uma aquisição que não se pode perder. Outra coisa
18 diz respeito a essa dívida de R\$822 milhões que a Unicamp estaria pagando e que a previsão é
19 que termine esse pagamento até 2015. Essa questão foi comentada no Consu e gostaria de
20 saber o percentual que já foi pago e o que ainda falta pagar. Outra questão que julga
21 importante e em nenhum momento verificou na documentação é com relação às despesas no
22 futuro com a nova área. Como fez parte do grupo de trabalho, recebeu a informação que a
23 área está arrendada para a Usina Ester e parece que o arrendamento vai até final de 2013. Até
24 que a Universidade realmente delineie o que vai fazer com a área, julga importante uma
25 sinalização do que fazer para tentar não onerar o orçamento, no sentido de que se mantenha o
26 arrendamento. Se vão fazer o relatório de impacto ambiental, gostaria de saber como trabalhar
27 com a questão do arrendamento. E, finalmente, traz uma questão que gostaria que fosse
28 considerada, e vai para outro aspecto que são as lutas que acredita que cada um tem de
29 continuar levando para conquistar seus anseios, e a sua diz respeito a recursos para o processo
30 avaliatório. Sugere que seja feita uma avaliação de forma que se na Segunda Revisão
31 Orçamentária, prevista para setembro, que conste a reserva de recursos para o processo
32 avaliatório que está previsto para o final do ano. O SENHOR PRESIDENTE retomando, o
33 professor Ranali trouxe uma informação importante sobre o ITR, seu valor é R\$5 mil, mas a
34 Universidade goza de imunidade. O Senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE esclarece ao
35 conselheiro Vicente que já amortizaram da dívida algo em torno de 75%. A segunda questão,
36 sobre a avaliação de desempenho, esse tema é tratado na Segunda Revisão, e tratarão disso
37 com base no comportamento da arrecadação, das disponibilidades e, de fato, da necessidade
38 de realizar a avaliação no final do ano, como fazem todos os anos. O Conselheiro VICENTE
39 JOSÉ COSTA VALE diz ser importante a COP saber que 75% da dívida já foi paga. Com
40 relação ao processo avaliatório, gostaria que quando ele viesse para a Segunda Revisão já

32 Expediente

1 soubessem o impacto dos recursos correspondentes; caso o crescimento seja favorável
2 poderiam fazer uma reserva. Pergunta se com relação ao recurso do arrendamento haveria
3 alguma informação. O SENHOR PRESIDENTE esclarece que esse assunto será tratado pela
4 Procuradoria Geral. O Conselheiro DANIEL PEREIRA, tendo todos já se manifestado, deseja
5 voltar a fazer algumas considerações. O professor Roberto iniciou dizendo que o objetivo da
6 COP era chegar a um parecer que se posicionasse com relação à aquisição do terreno.
7 Concorda com isso e sente que será bastante tranquilo. Já sobre o encaminhamento que
8 colocou sobre a preocupação em relação a ações paralelas, acha que o parecer da COP pode
9 ser sucinto e só dizer que é favorável, ou ele pode conter outros elementos que sinalizem para
10 outros setores da Universidade que foram discutidos e que podem contribuir para facilitar em
11 outras instâncias essa questão. Foi nesse sentido que faria aquele encaminhamento, mas se a
12 COP não entender adequado, gostaria que ficasse só como sua manifestação, porque não
13 queria que ficasse só como “a COP manifestou-se favoravelmente” e sem nenhuma outra
14 consideração. Sua ideia não é que as ações sejam realizadas já na próxima revisão, seria
15 apenas um procedimento. A PRDU estabelecerá um calendário e com base nessas demandas
16 haveria um relatório técnico do Ceproj, e como consequência disso, nos próximos
17 orçamentos, haveria norteamto sobre essa questão. Assim como a questão que a professora
18 Silvia colocou, também poderia constar do parecer da COP. São recomendações. Lembra que
19 na reunião da COP de dezembro, o professor Paulo fez o encaminhamento de que não iriam
20 votar nada diferente do que a Aeplan encaminhou; mas ele mencionou no parecer algumas
21 sugestões que o professor Vivaldo e ele fizeram; então, ficou ali documentado. Não quer
22 insistir demais, mas esse encaminhamento que está propondo talvez ajudasse outros diretores
23 que pensam em competição de recursos a ficarem mais tranquilos; verão que a Universidade
24 continua se preocupando com a questão, só que será encaminhada de forma mais
25 institucionalizada. O SENHOR PRESIDENTE diz que vê como recomendações positivas, não
26 vê nenhum impedimento de que conste do parecer, acha que podem considerar, mas deixa
27 aberta a palavra para quem achar necessário discutir um pouco mais. Parece que a aprovação
28 quanto à aquisição da gleba é algo a que todos se manifestaram favoravelmente; esse é um
29 assunto que parece resolvido. Agora, o professor Daniel coloca, para além da aprovação,
30 algumas recomendações. Consulta os membros da Comissão se isso deve constar do parecer
31 ou se é um assunto que deve constar somente da Súmula. O Conselheiro RODNEI
32 BERTAZZOLI pergunta quais seriam as recomendações. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
33 diz que encamparia tranquilamente também a recomendação que a professora Silvia
34 mencionou sobre planejamento de ocupação futura etc., porque acredita que qualificaria
35 melhor o parecer. A parte consensual ficaria com os adjetivos que queiram colocar, mas
36 incluiriam que a COP recomenda que o Consu aprove ou discuta os seguintes procedimentos
37 relativos a demandas e recuperação de infraestrutura predial: 1) Que a PRDU estabeleça um
38 calendário para que as unidades de ensino e pesquisa apresentem demandas justificadas de
39 recuperação de infraestrutura predial; 2) Após análise dessa demanda e com base em parecer
40 técnico a ser emitido pelo Ceproj ou órgão mais adequado, a PRDU recomende investimentos

33

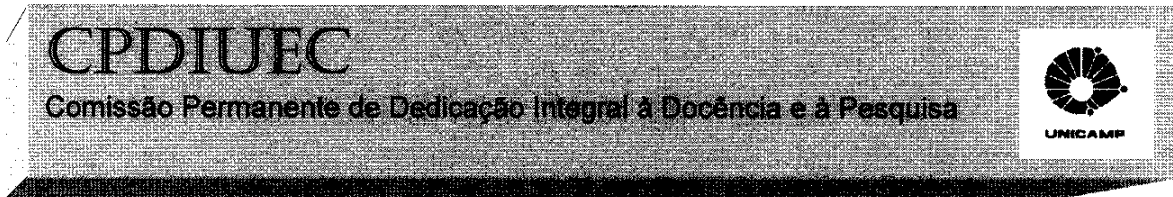
Expediente

1 prioritários a serem alocados para essa demanda; 3) Que esta recomendação seja utilizada pela
2 COP para alocação de recursos orçamentários anuais dentro da rubrica Programa de
3 Recuperação Predial e que este programa passe a ser prioritário frente a investimentos em
4 novas obras. Este último item, na verdade, não tinha mencionado, mas também não é
5 fundamental que ele se mantenha. A Conselheira MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que
6 não gostou muito da última recomendação do professor Daniel, acha melhor retirá-la, porque
7 ela inibe ou restringe ações que são importantes e já estão em andamento na Universidade. O
8 Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que quando falou que simplesmente deveriam
9 adquirir a área e não se preocuparem com planejar previamente como ocupá-la,
10 evidentemente não estava se referindo a essa questão do planejamento urbano. Acha que isso
11 é evidente e que deve ser feito, inclusive, de maneira distribuída ao longo dos anos. Quanto às
12 recomendações acredita que elas poderiam sem dúvida nenhuma constar da Súmula, mas não
13 acha que seria recomendável que fizesse parte de um parecer da COP, porque, de fato, não era
14 esse o objetivo da reunião; e colocar condicionantes é colocar a Administração da
15 Universidade meio de refém, quer dizer, aprovam, mas deve haver uma contrapartida. Podem
16 deixar recomendado como aprimoramento de critérios para o Programa de Manutenção
17 Predial, enfim, prioridades de investimento, mas acha que não é exatamente o caso de constar
18 como condição para aprovação ou acompanhar a recomendação da COP para aprovação da
19 compra da área. Acha que as recomendações são legítimas, só não acha que elas deveriam ser
20 colocadas nesse documento. O SENHOR PRESIDENTE sugere encaminharem a proposta da
21 sugestão oferecida pela Aeplan sem discutirem a elaboração de um texto. Propõe um texto
22 mais geral, não tão pontual, deixando claro que serão consideradas na elaboração do parecer
23 as falas e preocupações colocadas. Se todos concordarem, colocará a matéria em votação. Não
24 havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, sendo
25 aprovada por unanimidade. Portanto, a COP também decidiu que o seu Parecer englobará, de
26 maneira geral, as sugestões colocadas pelos seus membros. Nada mais havendo a tratar, eu,
27 Cláudia Masliaev, redigi a presente Súmula que será submetida à apreciação dos Senhores
28 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 14
29 de junho de 2012.

PROC. Nº 26-P-22477/12

INTERESSADO : MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



INTERESSADA: MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX

PROC.Nº : 26.P.22477/2012 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Economia

Departamento de Política e História Econômica

Área de Desenvolvimento Econômico e Área de Economia Urbana

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 57
 Proc. N.º 26.P.22477/2012
 Rub. 5.

PARECER-Nº 167/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **09.10.2012**, aprovou o ingresso da Sra. **MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI, após análise do Curriculum Vitae da interessada, considerou o mesmo aquém do esperado para um professor em RDIDP e sugere que o Departamento e a Unidade atuem no intuito de estimular a docente a aumentar sua produção acadêmica, principalmente em veículos com seletiva política editorial.

A CPDI solicita que a interessada desvincule-se das Faculdades de Campinas – FACAMP, do Laboratório de Habilitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura – LABHAB e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy L. Garcia
 Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA
 Presidenta Substituta

Anete Pereira de Souza
 Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Gustavo Luis Gutierrez
 Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
 Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

PROC. Nº 23-P-24157/12

INTERESSADO : MARCO CARLOS UCHIDA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: MARCO CARLOS UCHIDA

PROC. Nº : 23.P.24157/2012 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Educação Física

Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada

Área de Biodinâmica do Movimento e Área de Atividade Física, Adaptação e Saúde

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 69

Proc. N.º 23.P.24157/2012

Rub. 8-

PARECER-Nº 166/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 09.10.2012, aprovou o ingresso do Sr. **MARCO CARLOS UCHIDA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se do Centro Universitário FIEO – UNIFIEO e da Companhia Athletica – CA, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy L. Garcia
 Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA
 Presidenta Substituta

Anete Pereira de Souza
 Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Gustavo Luis Gutierrez
 Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
 Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

PROC. Nº 23-P-24158/12

INTERESSADO : EDIVALDO GÓIS JUNIOR

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral a Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: EDIVALDO GÓIS JUNIOR

PROC. Nº : 23.P.24158/2012 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Educação Física

Departamento de Educação Física e Humanidades

Área de Educação Física e Sociedade

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 94

Proc. N.º 23.P.24158/2012

Rub. 8

PARECER-Nº 163/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **09.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **EDIVALDO GÓIS JUNIOR**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e de sua função de pesquisador junto ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

A CDPI informa que caso as atividades junto ao Ministério dos Esportes - MET e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC continuem, o interessado deverá solicitar aprovação do Departamento e da Unidade.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy d. Garcia
Prof.ª. NANCY LOPES GARCIA
Presidente Substituta

Anete Pereira de Souza
Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

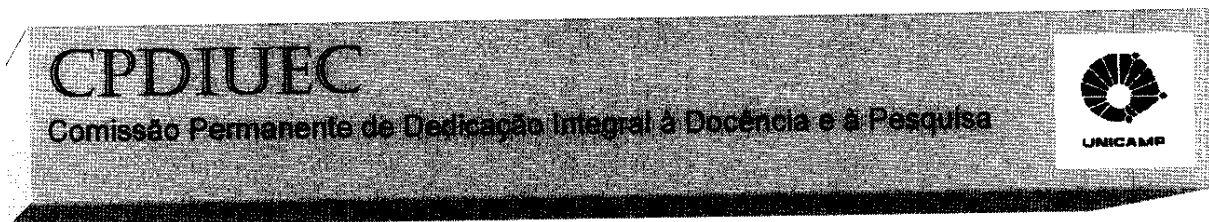
Gustavo Luis Gutierrez
Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

PROC. Nº 36-P-17103/12

INTERESSADO : HOSANA GOMES RODRIGUES

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



INTERESSADA: HOSANA GOMES RODRIGUES

PROC. Nº : 36.P.17103/2012 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
Área de Fisiologia

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 65
Proc. N.º 36.P. 17103/2012
Rub. 8

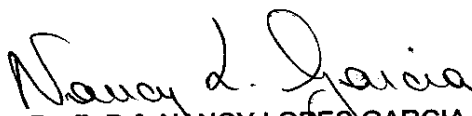
PARECER-Nº 164/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **09.10.2012**, aprovou o ingresso da Sra. **HOSANA GOMES RODRIGUES**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

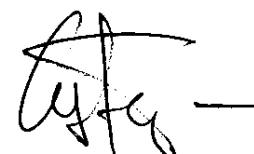
A CPDI solicita que a interessada desvincule-se da Universidade de São Paulo - USP, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.


Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA
Presidente Substituta


Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA


Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ


Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

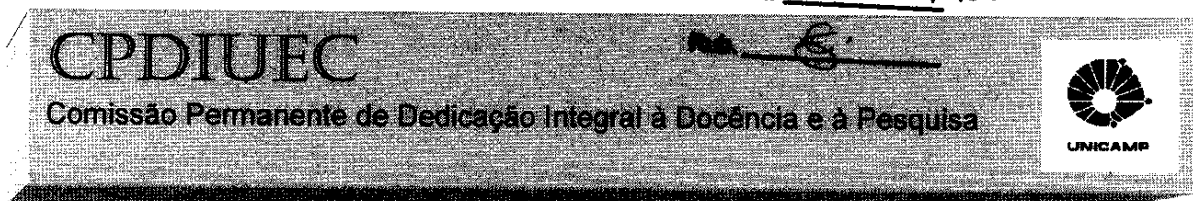
PROC. Nº 17-P-21490/12

INTERESSADO : LARS ANDREAS HOEFS

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

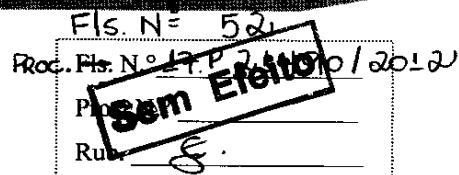
Fls. N.º 52

Proc. N.º 17.P.21490/2012

INTERESSADO: LARS ANDREAS HOEFSPROC.Nº : 17.P.21490/2012 – 1.1UNIDADE: Instituto de Artes

Departamento de Música

Área de Práticas Interpretativas e Área de Fundamentos Teóricos das Artes

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC**PARECER-Nº 165/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 09.10.2012, aprovou o ingresso do Sr. LARS ANDREAS HOEFS, no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy L. Garcia
 Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA
 Presidenta Substituta

Anete Pereira de Souza
 Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Gustavo Luis Gutierrez
 Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
 Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

PROC. N° 07-P-18520/06

INTERESSADO : CARLOS AMILCAR PARADA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



Fls. N.º 205
 Proc. N.º 07.P.18520/2006
 Rub. 8

INTERESSADO: CARLOS AMILCAR PARADA

PROC.Nº : 07.P.18520/2006 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Biologia

Departamento de Biologia Estrutural e Funcional

Área de Biofísica e Neurofisiologia

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

PARECER-Nº 162/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **09.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **CARLOS AMILCAR PARADA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy L. Garcia
 Profª. Drª. NANCY LOPES GARCIA
 Presidenta Substituta

Anete Pereira de Souza
 Profª. Drª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Gustavo Luis Gutierrez
 Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
 Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

PROC. Nº 07-P-27148/12

INTERESSADO : MÁRIO HENRIQUE BENGTON

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: MÁRIO HENRIQUE BENGTON

PROC.Nº : 07.P.27148/2012 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Biologia

Departamento de Histologia e Embriologia

Área de Histologia, Embriologia e Biologia do Desenvolvimento

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 66
 Proc. N.º 07.P.27148/12
 Rub. Probleto

PARECER-Nº 171/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **MÁRIO HENRIQUE BENGTON**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. N° 02-P-24022/12

INTERESSADO : RODOLFO DE CARVALHO PACAGNELLA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: RODOLFO DE CARVALHO PACAGNELLA****PROC.N° : 02.P.24022/2012 – 1.1****UNIDADE:** Faculdade de Ciências Médicas

Departamento de Tocoginecologia

Área de Obstetrícia

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UECFls. N.º 104Proc. N.º 02.P.24022/12Rub. Roberto**PARECER-N° 174/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **RODOLFO DE CARVALHO PACAGNELLA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 27-P-13856/97

INTERESSADO : JÚLIO CÉSAR TEIXEIRA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: JULIO CÉSAR TEIXEIRA

PROC. Nº : 27.P.13856/1997 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Ciências Médicas

Departamento de Tocoginecologia

Área de Ginecologia Geral

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 248
 Proc. N.º 27.P.13856/97
 Rub. Roberto

PARECER-Nº 170/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **JULIO CÉSAR TEIXEIRA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da sua função de Médico junto à Unicamp e das funções de Médico junto a Clínica Particular, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
 Presidente

Prof.ª Dr.ª ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 19-P-5285/07

INTERESSADO : ROGÉRIO ADOLFO DE MOURA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: ROGÉRIO ADOLFO DE MOURA****PROC.Nº : 19.P.05285/2007 – 1.1****UNIDADE:** Faculdade de Educação

Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Área de Educação e Cultura

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UECFls. N.º 154Proc. N.º 19.P.5285/07Rub. Roberto**PARECER-Nº 175/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **ROGÉRIO ADOLFO DE MOURA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. N° 19-P-25528/12

INTERESSADO : LILIAN CRISTINE RIBEIRO NASCIMENTO

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADA: LILIAN CRISTINE RIBEIRO NASCIMENTO****PROC.N° : 19.P.25528/2012 – 1.1****UNIDADE:** Faculdade de Educação

Departamento de Psicologia Educacional

Área de Psicologia Educacional

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º	73
Proc. N.º	19.P.25528/12
Rub.	Ribeiro

PARECER-N° 172/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso da Sra. **LILIAN CRISTINE RIBEIRO NASCIMENTO**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSUA-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que a interessada desvincule-se da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e da Faculdade Integrada Espírita - UNIBEM, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª Dr.ª ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 08-P-26053/12
 INTERESSADO : FANNY BÉRON
 ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADA: FANNY BÉRON

PROC. Nº : 08.P.26053/2012 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Física Gleb Wataghin

Departamento de Física da Matéria Condensada

Área de Física da Matéria Condensada

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 37
 Proc. N.º 08.P.26053/12
 Rub. Roberto

PARECER-Nº 169/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso da Sra. **FANNY BÉRON**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que a interessada desvincule-se da bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
 Presidente

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. N° 08-P-26061/12

INTERESSADO : PAULO CLÓVIS DAINESE JÚNIOR

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: PAULO CLÓVIS DAINESE JUNIOR

PROC.N° : 08.P.26061/2012 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Física Gleb Wataghin

Departamento de Eletrônica Quântica

Área de Física da Matéria Condensada

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 55
 Proc. N.º 08.P.26061/12
 Rub. Recurso

PARECER-N° 173/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **PAULO CLÓVIS DAINESE JUNIOR**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
 Presidente

Prof.ª Dr.ª ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. N° 01-P-14969/06

INTERESSADO : CLAUDIO CHRYSÓSTOMO WERNECK

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



UNICAMP

INTERESSADO: CLAUDIO CHRYSOSTOMO WERNECK**PROC.N° : 01.P.14969/2006 – 1.1****UNIDADE:** Instituto de Biologia

Departamento de Bioquímica

Área de Bioquímica de Macromoléculas

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º	194
Proc. N.º	01.P.14969/06
Rub.	Resumo

PARECER-N° 168/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **24.10.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **CLAUDIO CHRYSOSTOMO WERNECK**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 24 de outubro de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª Dr.ª ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 01-P-544/87

INTERESSADO : JOCIMAR DAOLIO

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Aplicação do RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: JOCIMAR DAOLIO****PROC.Nº: 01.P.00544/1987 - 3.1****UNIDADE: Faculdade de Educação Física**

Departamento de Educação Física e Humanidades

Área de Educação Física e Sociedade

ASSUNTO: Aplicação do RDIDP ao cargo de Professor Titular

Fls. N.º	301
Proc. N.º	01.P.00544/87 3.1.
Rub.	8

PARECER-Nº 161/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 09.10.2012, aprovou a aplicação do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), ao cargo de Professor Titular do Sr. JOCIMAR DAOLIO, aprovado em concurso público para provimento de cargo, em RTP, nível MS-6, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**, mediante Portaria do Magnífico Reitor.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 09 de outubro de 2012.

Nancy L. Garcia
 Profª. Drª. NANCY LOPES GARCIA
 Presidenta Substituta

Anete Pereira de Souza
 Profª. Drª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Gustavo Luis Gutierrez
 Prof. Dr. GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

João Marcos Travassos Romano
 Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

.PROC. Nº 01-P-2205/91

INTERESSADO : PETER ALEXANDER BLEINROTH SCHULZ

ASSUNTO : Transferência de Docente

 Fls. nº 63
 P/E nº 018-2205/91
 Rub. 63

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira

Limeira, 28 de maio de 2012.

Ofício FCA-172/2012

Ilmo Sr.

Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

Reitor

GR – UNICAMP

Prezado Professor,



Em continuidade ao processo de estabelecimento e consolidação do corpo docente da Faculdade de Ciências Aplicadas, solicito à Vossa Magnificência autorização para transferência do Prof. Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz, Professor MS-5.III, do Instituto de Física para a nossa Faculdade.

O Prof. Schulz é docente há 20 anos do Instituto de Física, atualmente no nível MS 5.3, tendo exercido diferentes cargos no âmbito de sua Unidade e da Universidade, deparando-se paulatinamente com os múltiplos ambientes acadêmicos da UNICAMP. Nesse contexto, foi assessor científico da COCEN (2006-2009) e desde maio de 2009 exerce a função de Diretor Associado *pro tempore* da FCA, ou seja, desde o primeiro semestre de funcionamento dessa unidade de pesquisa e ensino ainda em implementação.

O exercício do cargo de Diretor Associado traduz-se em uma presença praticamente em tempo integral no novo campus em Limeira, sendo que a presença no campus em Barão Geraldo passou a limitar-se às atividades didáticas de graduação vinculadas ao IFGW e às reuniões inerentes ao cargo na FCA. As orientações de estudantes e execução de projetos de pesquisa associadas ao IFGW passaram a ser conduzidas na FCA, onde o Prof. Peter exerce atividades de ensino e pesquisa, além das administrativas mencionadas.

Esse envolvimento, no que se refere às atividades de ensino, se caracteriza pelo oferecimento, pelo segundo semestre consecutivo, de uma disciplina para os cursos de Engenharia, fomento de articulações de projetos transdisciplinares, condução do planejamento pedagógico continuado, além do compromisso de oferecimento de módulos em disciplinas básicas na área de saúde e disciplinas eletivas já em 2013. No que se refere à pós-graduação, o Prof. Schulz está consideravelmente envolvido na organização de novos Programas, articulando iniciativas interdisciplinares no meio acadêmico-científico, em parceria com especialistas externos à Unidade.

**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**
Cidade Universitária de Limeira

O desenvolvimento de uma cultura acadêmica na FCA tem sido uma das principais iniciativas do Prof. Schulz. Nesse sentido já co-organizou dois Fóruns Permanentes em 2010 e em 2011. O primeiro foi realizado em conjunto com a FT sobre um tema interdisciplinar, a nanotóxicologia, escolhido por ser um potencial tema de pesquisa em comum para a FT e a FCA. O segundo, a cargo integralmente da FCA, discutiu sobre novos modos de produção do conhecimento e suas articulações com outros atores no desenvolvimento baseado em conhecimento. Hoje, a proposta de Fóruns Permanentes no campus já conta com iniciativas próprias do corpo docente. Um programa idealizado pelo Prof. Schulz, chamado "quartas interdisciplinares" – uma série de colóquios discutindo a interdisciplinaridade – tornou-se uma ágora para a discussão da interdisciplinaridade como conceito central da FCA.

No que se refere à pesquisa, o Prof. Schulz estabeleceu projetos com docentes da FCA em diferentes áreas. Junto a docentes da área de Engenharia desenvolve projeto de simulação numérica de novos conceitos de captação de energia solar, linha de pesquisa que busca aproximar física teórica e inovação tecnológica. Em conjunto com um professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) da FCA, desenvolve projeto de pesquisa sobre a origem histórica dos rankings de universidades e os contextos do desenvolvimento da pesquisa. O envolvimento com novos projetos de pesquisa ligados às linhas do CHS deverá ser crescente com projetos em cienciometria e percepção pública de ciência e tecnologia. Além dessas atividades, o docente tem acompanhado o processo de implantação de outros projetos de pesquisa e de extensão ligados à FCA.

O Prof. Schulz apresenta sólida formação em Física da Matéria Condensada com 64 publicações indexadas no ISI, tendo orientado 8 doutorados e 5 mestrados na área, ministrado palestras convidadas, editado anais e organizado programas de congressos e atuado como parecerista ad hoc de vários periódicos internacionais de impacto, bem como de agências de fomento. Paralelamente, vem desenvolvendo uma produção intelectual associada às ciências humanas e sociais, tornando público o seu trabalho em diferentes formatos: palestras convidadas, apresentação de trabalhos em congressos internacionais, artigos em periódicos indexados, revistas de divulgação científica e acadêmica, livros e exposições científicas e culturais.

Esse conjunto de atividades, além de uma grande participação institucional em questões ligadas a diferentes modos de produção do conhecimento (além do que foi mencionado, participou do Grupo de Trabalho que elaborou o projeto pedagógico da FCA; coordenou o Grupo de Trabalho que elaborou a resolução interna CCP 01/2011 - e os documentos anexos - referente à análise de contratos e convênios de pesquisa e é membro do Grupo de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Avançados da UNICAMP e membro do Grupo de Trabalho que elaborou o curso de bacharelado em Estudos Contemporâneos), qualificam a transferência do Prof. Schulz para a FCA como sendo de grande potencial não só para a construção da excelência acadêmica nessa nova unidade de ensino e pesquisa da



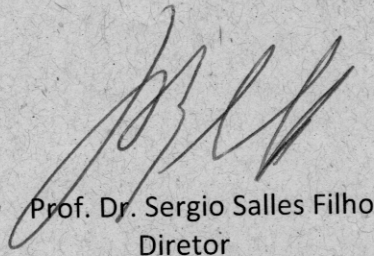
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira

UNICAMP, mas também para exercer um importante papel de liderança junto à sua comunidade docente, em sua grande maioria composta por docentes atualmente em nível inicial da carreira docente.

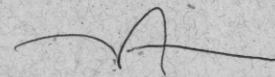
Diante do exposto e de entendimentos mantidos com a Diretoria do IFGW, que manifestou concordância preliminar com a transferência solicitada, solicito autorização de Vossa Magnificência para prosseguimento da tramitação necessária, ressaltando que a vaga atualmente ocupada pelo Prof. Peter deve permanecer na sua Unidade de origem.

Agradecemos a costumeira atenção com a qual são tratados assuntos dessa natureza pela Reitoria, permanecemos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

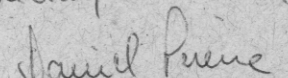

Prof. Dr. Sergio Salles Filho
Diretor

*Preliminarmente
ao IFGW para
manifestação.*



30/05/2012
Fernando Ferreira Costa
Reitor
UNICAMP

*Inicialmente ao DFMC
para apreciação e manifestação.*


Prof. Dr. Daniel Pereira
Diretor
Instituto de Física "Gleb Wataghin"
Universidade Estadual de Campinas



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira



Limeira, 5 de junho de 2012.

Ofício DIR - 207/2012

Ilmo. Sr.
Daniel Pereira
Diretor
Instituto de Física "Gleb Wataghin"
IFGW - UNICAMP

Prezado Professor,

Como é de seu conhecimento, a FCA gostaria de trazer para seu quadro docente o Prof. Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz, Diretor Associado desta Faculdade desde 2009.

O Prof. Dr. Peter Schulz tem tido grande participação institucional em questões ligadas aos diferentes modos de produção do conhecimento. Participou ativamente do Grupo de Trabalho que elaborou o projeto pedagógico da FCA e tem acompanhado, a cada semestre, desde 2010, o planejamento pedagógico das disciplinas a fim de integrar os cursos oferecidos pela Unidade e desenvolver a interdisciplinaridade do ensino.

No que diz respeito às atividades de pesquisa e extensão, o docente tem acompanhado o processo de implantação de diversos projetos. Em conjunto com os docentes da área de Engenharia, procura aproximar física teórica e inovação tecnológica através da simulação numérica de novos conceitos de captação de energia solar. Junto ao Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) da FCA, desenvolve projeto de pesquisa sobre a origem histórica dos *rankings* de universidades e os contextos do desenvolvimento da pesquisa.

Tendo exercido diferentes cargos no âmbito de sua Unidade e da Universidade, familiarizou-se com múltiplos ambientes acadêmicos e administrativos da Unicamp, o que lhe confere um diferencial estratégico, considerando os inúmeros desafios que a FCA ainda irá enfrentar durante sua implementação e consolidação. Foi assessor científico da COCEN entre 2006 e 2009; coordenou o Grupo de Trabalho que elaborou a resolução interna CCP 01/2011 –

Diretoria

R. Pedro Zaccaria, 1300 – Jd. Santa Luiza – Limeira/SP - CEP 13.484-350
Telefones: (19)3701-6661 FAX: (019) 37016680
diretoria@fca.unicamp.br - www.fca.unicamp.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira



e os documentos anexos – referente à análise de contratos e convênios de pesquisa; participa do Grupo de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Avançados da Unicamp; é membro do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de curso de bacharelado em Estudos Contemporâneos; apenas para destacar alguma das suas contribuições.

Por fim, entendemos que o Prof. Dr. Peter Schulz poderá exercer um importante papel de liderança junto à comunidade docente da FCA, uma vez que a grande maioria de seus colegas situa-se em nível inicial da carreira docente.

Diante do exposto, submeto a sua apreciação a presente solicitação entendendo que novas oportunidades se abrirão entre nossas unidades.

Agradecemos a costumeira atenção e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Sergio Salles Filho
Diretor

*Ao DFMC, para agregar ao
ofício em despacho do Sr. Keitor
sobre o mesmo assunto.*



Prof. Dr. Daniel Pereira
Diretor
Instituto de Física "Gleb Wataghin"
Universidade Estadual de Campinas

Diretoria

R. Pedro Zaccaria, 1300 – Jd. Santa Luiza – Limeira/SP - CEP 13.484-350
Telefones: (19)3701-6661 FAX: (019) 37016680
diretoria@fca.unicamp.br - www.fca.unicamp.br



Fls. nº 69
P/E nº OR-2205/91
Rub. Alice

RESOLUÇÃO Nº 003/2012
CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL –CI
Instituto de Física “Gleb Wataghin”

Assunto: Transferência do prof. Peter A. B. Schulz do IFGW para a FCA.

O Conselho Interdepartamental do IFGW considerou o Ofício FCA-172/2012 encaminhado pelo Diretor da FCA ao Magnífico Reitor da UNICAMP, o Ofício DIR-207/2012 encaminhado pelo Diretor da FCA ao Diretor do IFGW e Ofício 55/2012 do DFMC/IFGW e manifesta-se favorável à transferência do Prof. Peter Alexander Bleinroth Schulz do IFGW para a FCA.

A vaga e verba atualmente ocupadas pelo Prof. Peter serão mantidas no IFGW para utilização oportuna.

Prof. Dr. Daniel Pereira
Diretor
Instituto de Física “Gleb Wataghin”
Universidade Estadual de Campinas



Fls. nº 70
P/E nº 018-2205/151
Rub. Exlce

**RESOLUÇÃO 128/12 DA CONGREGAÇÃO
INSTITUTO DE FÍSICA "GLEB WATAGHIN"**

Transferência

A Congregação do Instituto de Física "Gleb Wataghin" em sua 131ª Reunião Extraordinária realizada em 06/07/12, aprovou a transferência para a Faculdade de Ciências Aplicadas do Prof. Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz.

Campinas, 10 de julho de 2012.

Prof. Dr. Daniel Pereira
Presidente da Congregação do IFGW



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira

DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 80/2012

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2011, em sua 22a. Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2012, aprovou, com uma abstenção, a solicitação de transferência formulada pelo Prof. Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz, Professor Associado, nível MS-5.III, do Departamento de Física da Matéria Condensada do IFGW, para a Faculdade de Ciências Aplicadas.

Cidade Universitária de Limeira

12 de junho de 2012


Prof. Dr. EUCLIDES DE MESQUITA NETO

Presidente em exercício do GT-FCA

Área Administrativa

R. Pedro Zaccaria, 1300 – Jd. Santa Luiza – Limeira/SP - CEP 13.484-350
Telefones: (19)3701-6658 FAX: (019) 37016680
adm@fca.unicamp.br - www.fca.unicamp.br



DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 104/2012

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2011, em sua 23a. Reunião Ordinária, realizada em 28/08/2012, tomou ciência do Plano de Trabalho apresentado pelo Prof. Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz, para fins de sua transferência do IFGW para a Faculdade de Ciências Aplicadas.

Cidade Universitária de Limeira

28 de agosto de 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Marcelo Knobel".

Prof. Dr. Marcelo Knobel

Presidente do GT-FCA

PROC. Nº 01-P-5039/09

INTERESSADO : INSTITUTO DE ARTES

ASSUNTO : Atribuição de Vaga Docente



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES CORPORAIS
Caixa Postal 6159 - CEP: 13083-854 - Campinas-SP
e-mail: daco@iar.unicamp.br
Tel.: (19) 3521-2440 / 3521-2437

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
em 21 de setembro de 2012.

Fig. nº 04P/E nº 01P.05039/2009Rub. (P, 01)

Encaminhe-se à Comissão de Vagas
Docente - CVD / CGU para análise
e manifestação.

IA, em 21 de setembro de 2012.

Ofício DACO/IA-nº 015/12

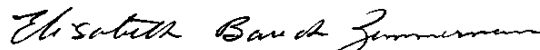
Senhor Diretor,


ESDRAS RODRIGUES SILVA
Diretor do Instituto de Artes
IA / UNICAMP

Dando continuidade ao planejamento do Instituto de Artes, de acordo com a CGU, de extinção gradativa do Quadro Docente da Carreira do Magistério Artístico, solicitamos a V.Sa. providências junto a Comissão de vaga Docente (CVD), da disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS), utilizando parte dos recursos da vaga nº 114 da Carreira do Magistério Artístico (MA), e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Informamos que foi aprovado no Conselho Departamental em reunião realizada dia 20/09/2012.

Atenciosamente,



Profa. Dra. Elisabeth B. Zimmermann
Chefe do Depto. de Artes Corporais
Instituto de Artes / Unicamp
Mat. 28293-0

INSTITUTO DE ARTES - SAA - 20-Set-14:05-012459-4/6

Ilmº. Sr.
Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva
Diretor do Instituto de Artes
Unicamp





Fls.

08

Número

01P.05039/2009.

Rubrica

A handwritten signature and the initials "(01)" are written in the rubric field.

PARECER CVD n° 42/2012**INTERESSADO:** INSTITUTO DE ARTES - IA**REF.:** Ofício DACO/IA n° 015/2012**ASSUNTO:** Disponibilização de Vaga da Carreira MS utilizando parte dos recursos da Carreira MA

A Comissão de Vagas Docentes – CVD se reuniu em 15/10/2012, com a presença dos(as) Profs.(as) Drs.(as): Edgar Salvadori de Decca (Presidente), Euclides de Mesquita Neto, Caio José Colletti Negreiros, José Antenor Pomílio, Luiz Fernando Milanez e Shirlei Maria Recco Pimentel. Justificaram ausência os Profs. Drs. Marcelo Knobel e Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci que foi substituída pelo Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva, membro suplente da Área de Humanas.

Após análise da solicitação supra, a CVD aprovou a disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga n° 114 da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Encaminhe-se à **CAD** para análise e deliberação.

CGU, 19/10/2012.

A handwritten signature in black ink is written over the typed name.

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
Comissão de Vagas Docentes – CVD
Presidente

PROC. Nº 01-P-5039/09
 INTERESSADO : INSTITUTO DE ARTES
 ASSUNTO : Atribuição de Vaga Docente



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
 INSTITUTO DE ARTES
 DEPARTAMENTO DE ARTES CORPORAIS
 Caixa Postal 6159 - CEP: 13083-854 - Campinas-SP
 e-mail: daco@iar.unicamp.br
 Tel.: (19) 3521-2440 / 3521-2437

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
 em 21 de setembro de 2012.

Fis. nº 05
 P/E nº 01P.05039/2009
 Rub. (P) (21)

Ofício DACO/IA-nº 016/12

Encaminhe-se à Comissão de Vagas
 Docente - CVD / CGU para análise
 e manifestação.

IA, em 21 de setembro de 2012.

Senhor Diretor,


ESDRAS RODRIGUES SILVA
 Diretor do Instituto de Artes
 IA / UNICAMP

Dando continuidade ao planejamento do Instituto de Artes, de acordo com a CGU, de extinção gradativa do Quadro Docente da Carreira do Magistério Artístico, solicitamos a V.Sa. providências junto a Comissão de vaga Docente (CVD), da disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS), utilizando parte dos recursos da vaga nº 103 da Carreira do Magistério Artístico (MA), e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Informamos que foi aprovado no Conselho Departamental em reunião realizada dia 20/09/2012.

Atenciosamente,



Profª. Drª. Elisabeth B. Zimmermann
 Chefe do Depto. de Artes Corporais
 Instituto de Artes / Unicamp
 Mat. 28293-0

Ilmº. Sr.
Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva
 Diretor do Instituto de Artes
 Unicamp



INSTITUTO DE ARTES - SAA - 20-Fet-12-14:05-012049-6/6



Fls.	09
Número	01P.05039/2009.
Rubrica	(P) (2.1)

PARECER CVD nº 43/2012

INTERESSADO: INSTITUTO DE ARTES - IA

REF.: Ofício DACO/IA nº 016/2012

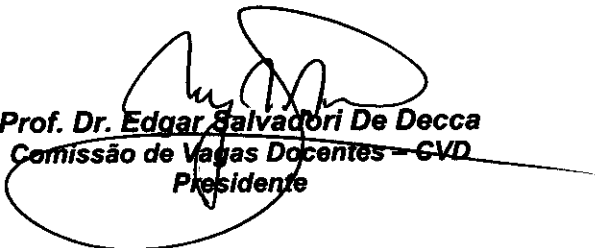
ASSUNTO: Disponibilização de Vaga da Carreira MS utilizando parte dos recursos da Carreira MA

A Comissão de Vagas Docentes – CVD se reuniu em 15/10/2012, com a presença dos(as) Profs.(as) Drs.(as): Edgar Salvadori de Decca (Presidente), Euclides de Mesquita Neto, Caio José Colletti Negreiros, José Antenor Pomílio, Luiz Fernando Milanez e Shirlei Maria Recco Pimentel. Justificaram ausência os Profs. Drs. Marcelo Knobel e Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci que foi substituída pelo Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva, membro suplente da Área de Humanas.

Após análise da solicitação supra, a CVD aprovou a disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga nº 103 da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Encaminhe-se à CAD para análise e deliberação.

CGU, 19/10/2012.


Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
 Comissão de Vagas Docentes – CVD
 Presidente

PROC. Nº 01-P-5039/09

INTERESSADO : INSTITUTO DE ARTES

ASSUNTO : Atribuição de Vaga Docente



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES CORPORAIS
Caixa Postal 6159 - CEP: 13083-854 - Campinas-SP
e-mail: daco@iar.unicamp.br
Tel.: (19) 3521-2440 / 3521-2437

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
em 21 de setembro de 2012.

Fis. nº 06
P/E nº 01P.05039/2009
Rub. (P) (21)

Encaminhe-se à Comissão de Vagas
Docente - CVD / CGU para análise
e manifestação.

Ofício DACO/IA-nº 017/12

IA, em 21 de setembro de 2012.

Senhor Diretor,

ESDRAS RODRIGUES SILVA
Diretor do Instituto de Artes
IA / UNICAMP

Dando continuidade ao planejamento do Instituto de Artes, de acordo com a CGU, de extinção gradativa do Quadro Docente da Carreira do Magistério Artístico, solicitamos a V.Sa. providências junto a Comissão de vaga Docente (CVD), da disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS), utilizando parte dos recursos da vaga nº 111 da Carreira do Magistério Artístico (MA), e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Informamos que foi aprovado no Conselho Departamental em reunião realizada dia 20/09/2012.

Atenciosamente,


Profª. Drª. Elisabeth B. Zimmermann
Chefe do Depto. de Artes Corporais
Instituto de Artes / Unicamp
Mat. 28293-0

INSTITUTO DE ARTES - SAA - 20-Set-12 - 14:05-012469-5/6

Ilmº. Sr.
Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva
Diretor do Instituto de Artes
Unicamp





Fls.	10
Número	01P.05039/2.009.
Rubrica	 (2.1)

PARECER CVD nº 44/2012

INTERESSADO: INSTITUTO DE ARTES - IA

REF.: Ofício DACO/IA nº 017/2012

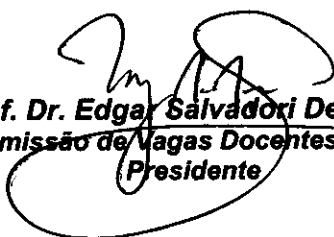
ASSUNTO: Disponibilização de Vaga da Carreira MS utilizando parte dos recursos da Carreira MA

A Comissão de Vagas Docentes – CVD se reuniu em 15/10/2012, com a presença dos(as) Profs.(as) Drs.(as): Edgar Salvadori de Decca (Presidente), Euclides de Mesquita Neto, Caio José Colletti Negreiros, José Antenor Pomílio, Luiz Fernando Milanez e Shirlei Maria Recco Pimentel. Justificaram ausência os Profs. Drs. Marcelo Knobel e Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci que foi substituída pelo Prof. Dr. Esdras Rodrigues Silva, membro suplente da Área de Humanas.

Após análise da solicitação supra, a CVD aprovou a disponibilização de vaga da Carreira do Magistério Superior (MS) utilizando parte dos recursos da vaga nº 111 da Carreira do Magistério Artístico (MA) e complementação dos recursos para a abertura de concurso público.

Encaminhe-se à CAD para análise e deliberação.

CGU, 19/10/2012.


Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
 Comissão de Vagas Docentes – CVD
 Presidente

PROC. Nº 01-P-5656/93

INTERESSADO : PROCURADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE

ASSUNTO : Minuta de Deliberação CAD



PROCURADORIA GERAL - UNICAMP
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Distrito de Barão Geraldo
 CEP 13083-874 – Campinas – S.P.
 Fone: (19) 3521-4771 / 4772 / Fax: (19) 3521-4944

Cidade Universitária Zeferino Vaz
Em 25 de outubro de 2012

Ofício PG nº 555/2012

Magnífico Reitor,

Encaminho a Vossa Magnificência anexa proposta de minuta de Deliberação CAD, que altera a Deliberação CAD-A- 01/2011 que reestruturou a Carreira de Procurador da Universidade.

A proposta aprimora o artigo 8º da Deliberação que reestruturou a carreira de Procurador, especificando o escopo da função de Procurador Assessor, bem como atualiza seu percentual, atendendo às necessidades da Procuradoria.

A minuta também condiciona o enquadramento previsto no § 4º do artigo 8º à proposta do Procurador de Universidade Chefe.


Aproveito o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.


OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO
 Procurador de Universidade Chefe

Mariana Alboccino Barbosa Catalano
 Procuradora de Universidade Subchefe
 Matrícula n.º 284996
 OAB/SP n.º 162.863

PROF. DR. FERNANDO FERREIRA COSTA
Magnífico Reitor da UNICAMP

A SS para providências


 21/10/2012

Fernando Ferreira Costa
 Reitor
 UNICAMP

MINUTA

Deliberação CAD-A-___/___/___ de ___/___/___

Reitor: FERNANDO FERREIRA COSTA

Secretária Geral: LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES

Altera a Deliberação CAD-A-01/2011, que reestrutura a Carreira de Procurador de Universidade no âmbito da UNICAMP.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente da Câmara de Administração, tendo em vista o decidido em sua ___ª Sessão Ordinária, realizada em ___.____.____, baixa a seguinte Deliberação:

Artigo 1º - Os §§ 2º e 4º do artigo 8º da Deliberação CAD-A-01/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - As funções de Procurador de Universidade Assessor, limitadas a 20% do total de Procuradores do Quadro, serão preenchidas em comissão, nos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, por critério de confiança, para o desempenho de atividades estratégicas ou projetos especiais, de interesse jurídico da Universidade, mediante indicação do Procurador Chefe.”

“§ 4º - As funções de Procurador de Universidade atualmente ocupadas por servidor originariamente admitido em outra carreira da UNICAMP, por proposta do Procurador de Universidade Chefe, poderão ser exercidas em comissão e serão extintas na vacância.”

Artigo 2º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICADA NO DOE DE ___/___/___



Deliberação CAD-A-001/2011, de 02/02/2011

Reitor: Fernando Ferreira Costa
Secretária Geral: Lêda Santos Ramos Fernandes

Reestrutura a Carreira de Procurador de Universidade no âmbito da UNICAMP, instituída pela Deliberação CAD-A-352/1993.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente da Câmara de Administração, tendo em vista o decidido em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada em 1º.02.2011, baixa a seguinte deliberação:

Artigo 1º - A Carreira de Procurador de Universidade, instituída pela Deliberação CAD-A-352/1993, constituída de funções autárquicas de caráter permanente, as quais são inerentes às atividades definidas no art. 101 da Constituição Estadual, passa a ser regulada pela presente deliberação.

Artigo 2º - Os integrantes da Carreira de Procurador terão sua jornada de trabalho e regime de dedicação definidos no ato de admissão.

Artigo 3º - Compõem os vencimentos dos integrantes da Carreira de Procurador de Universidade as vantagens pecuniárias previstas para os servidores públicos.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios variam entre 50% a 100% dos vencimentos básicos de cada nível, de acordo com definição a ser feita pela Comissão de Avaliação dos Procuradores - CAP.

Artigo 4º - A tabela de remuneração para as funções de que trata esta deliberação será composta de 06 níveis, que serão escalonados seqüencialmente, à razão de 15% do valor da referência imediatamente anterior, a partir da referência I.

Artigo 5º - O processo avaliatório da Carreira de Procurador de Universidade, realizado anualmente, considerará o desempenho de cada Procurador e será regulado e coordenado pela Comissão de Avaliação de Procuradores - CAP.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições da carreira PAEPE em relação à periodicidade das avaliações, para fins de progressão e promoção na Carreira de Procurador de Universidade.

Artigo 6º - A promoção dos integrantes da Carreira de Procurador de Universidade observará o interstício mínimo de três anos na permanência em cada nível.

Artigo 7º - A Comissão de Avaliação de Procuradores - CAP terá a seguinte composição:

I - Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário (presidente);

II - Dois membros indicados pelo Reitor;

III - Procurador de Universidade Chefe.

Artigo 8º - O quadro da Procuradoria Geral da UNICAMP é composto pelas funções de Procurador de Universidade Assistente, preenchidas através de concurso público, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e Procurador de Universidade Assessor, preenchidas em comissão, nos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal.

§ 1º - É requisito para o exercício das funções previstas neste artigo a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º - As funções de Procurador de Universidade Assessor, limitadas a 20% do total de Procuradores do Quadro, serão preenchidas em comissão, nos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, mediante indicação do Procurador Chefe.

§ 3º - Ficam excluídos da hipótese do parágrafo anterior os servidores das demais carreiras da UNICAMP.

§ 4º - As funções de Procurador de Universidade atualmente ocupadas por servidor originariamente admitido em outra carreira da UNICAMP passam a ser exercidas em comissão e serão extintas na vacância.

Artigo 9º - O Procurador de Universidade que ingressar no quadro da Procuradoria Geral da UNICAMP nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho.

Artigo 10 - Para o exercício de suas atividades a Procuradoria Geral da UNICAMP poderá contar com o auxílio de estudantes de direito, inscritos no Quadro de Estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Artigo 11 - A Procuradoria Geral da Universidade será chefiada por advogado, nomeado em comissão pelo Reitor, pertencente ou não ao Quadro de Procuradores da Universidade.

§ 1º. A Procuradoria Geral da UNICAMP terá Procuradores de Universidade Subchefe para a área do consultivo e do contencioso, designados pelo Reitor por indicação do Procurador de Universidade Chefe.

§ 2º. O Procurador de Universidade Chefe será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo Procurador de Universidade Subchefe com maior tempo de serviço no Órgão.

§ 3º. As funções de Procurador de Universidade Chefe e Procurador de Universidade Subchefe serão remuneradas por Gratificação de Representação.

Artigo 12 – O integrante da Carreira de Procurador de Universidade da UNICAMP poderá optar pela aplicação da presente deliberação ou permanecer na função e situação funcional em que se encontra, sem quaisquer restrições.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto no caput aos Procuradores inativos, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 41/03.

Artigo 13 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Deliberação CAD-A-352/1993.

Publicada em 15/02/2011 - Exec. I.